

Director
Veloso de Castro

Editor
Joaquim Araujo

Propriedade da Empresa
de Publicações Coloniaes, L.ª

Composto e Impresso
Rua de Seculo, 150

GAZETA DAS COLONIAS

Assinaturas

Serie de 12 numeros :

Continente e ilhas. 20\$00

Africa Occidental .. 26\$00

Africa Oriental ... 30\$00

Estrangeiro..... 50\$00

Publica-se nos dias 10 e 25
de cada mês

QUINZENARIO DE PROPAGANDA E DEFEZA DAS COLONIAS

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: RUA DO GREMIO LUSITANO, 40, 1.º

Alto Comissario de Angola



O embarque do sr. eng. Vicente Ferreira, novo alto comissário para Angola, que se realizou no dia 2 deste mez a bordo do magnifico paquete Angola, foi assinalado pela presença de uma consideravel multidão de amigos e admiradores, tanto do distinto economista como dos seus mais proximos cooperadores que com ele embarcaram, os srs. major Leite de Magalhães, secretario do Interior, Hermenegildo Viola administrador do circulo aduaneiro, e dr. Damas Mora, director dos serviços sanitários.

Compareceram o sr. general Carmona, presidente do Governo, os srs. ministros das colónias e marinha, altos funcionários do ministério das colónias, etc. e por parte da Companhia Nacional de Navegação fez as honras da despedida o sr. dr. João Ulrick.

A «Gazeta das Colónias» faz votos para que o governo do sr. eng. Vicente Ferreira corresponda á simpática espectiva com que a sua nomeação foi recebida por todos os portugueses e seja a consagração dos seus méritos, já manifestados nas pastas das Colónias e das Finanças.

Escola Nacional

Fundada em 1869 por Barros Proença

Palacio da Anunciada — LISBOA

RUA ALVES CORREIA, 10

Telefone 2749-N.

Directores:

Artur Tamagnini de Sousa Barbosa
José Vicente de Freitas

Instrução primaria, curso dos liceus e curso comercial
internato, semi-internato e externato

Resultado dos exames do ano lectivo findo:

<i>Distinções</i>	29
<i>Aprovações</i>	224
<i>Passagem por média</i>	176
<i>Reprovações</i>	18

*Está aberta a matricula desde 15
de Setembro*

RICARDO PIRES & C.^A

LISBOA

RUA DA GLORIA, 72, 1.º D.º
End. tel.º — Amendoense

AFRICA

Loanda—Caixa postal 338
End.º tel.º—Cabacos—Ilvares

INDUSTRIAL FRIGORIFICA *Fabrica de Gelo e Refrigerantes — (Fornecimento de gelo, a vapores e de peixe congelado, na linha ferrea Loanda-Malange).*
EMPRESA DOS TABACOS DE ANGOLA *Fabrico mecanico aperfeçoado de picados, cigarros e charutos*

IMPORTADORES

SERRALHERIA MECANICA

EXPORTADORES

Societarios
de:

Elias & Pires, Ltd., em Lucala — com lias de permuta nas regiões de café.
Sociedade Agricola e Industrial de Camoma, Ltd. — (Agricultura.)
Empresa Pecuaria do Rio Tapada, Ltd., no Lobito e Egipito — (criação de gado e cultura d'algodão e palmares).
Machada & Ricardo nos Salles — (Cultura de Palmares).

Telegramas
CAPA



COMPANHIA AGRICOLA-PECUARIA DE ANGOLA

SOCIEDADE ANONIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

ANTIGA SECÇÃO DE CEREAS DO

Fomento Geral d'Angola

CULTURA DE CEREAS

CREAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE GADO

INSTALAÇÕES

EM

LOANDA, BENGUELA, HUAMBO, LUBANGO,

CALULO, CHINGUAR, LUIMBALE, ANDULO, QUIPUNGO, CHIBIA, GAMBOS etc.

CAPITAL E.º 9000:000\$00

SEDE EM LISBOA: Rua dos Fanqueiros 12, 2.º

TELEFONES: C.º 480 e C.º 970

Raul Leiro, & C.^A

Novo Redondo e Amboim

Comerciantes e Agricultores

Endereço telegrafico: RAULEIRO

Plantações de Algodão

FORNOS DE CAL

Comissões,

Consignações

e Conta Propria

P. Santos Gil, Limitada

Importadores de Material Telegrafico e Material Ferro-Viário de toda a espécie:
LOCOMOTIVAS, ZORRAS AUTOMÓVEIS, CARRUAGENS, TRACTORES AGRICOLAS, ETC.

Conserva stocks permanentes para entrega imediata

FABRICANTES | *Koppel Industrial Car & Equipment Co., Ltd.*
Pennsylvania Car and Manufacturing Comp.^a

Secção de construções

Ladrilhos e Azulejos em lindos desenhos e côres
Muralo «Murite», preservativos de madeiras em
variadas côres, telhas e chapas de asbestos, etc.,
das melhores marcas.

Secção de Madeiras

Possumos em armazem, para entrega imediata,
madeiras da Provincia das melhores qualidades, em
pranchões, barrotes e taboas, assim como travessas
para caminhos de ferro, paus para minas, etc.

Secção de Productos

Compramos e exportamos toda a qualidade de
productos da Provincia, tais como: Milho, Mapira,
Copra, Amendoim, etc.

Estancias e Armazens Alfandegados ao Kilo-
metro 1 para Deposito de Mercadorias.

Officinas de Serração, Fabrica de Mobílias,
Portas, Janelas, Aros, etc. movidas a Electricidade.

TELEFONES | Escritorio 400
Estancia 493

LOURENÇO MARQUES

SÁ LEITÃO & C.^A, L.^{DA} R. DA MADALENA, 45, 1.^o
LISBOA
— Taleg.: "MONDEGO" — Lisboa —

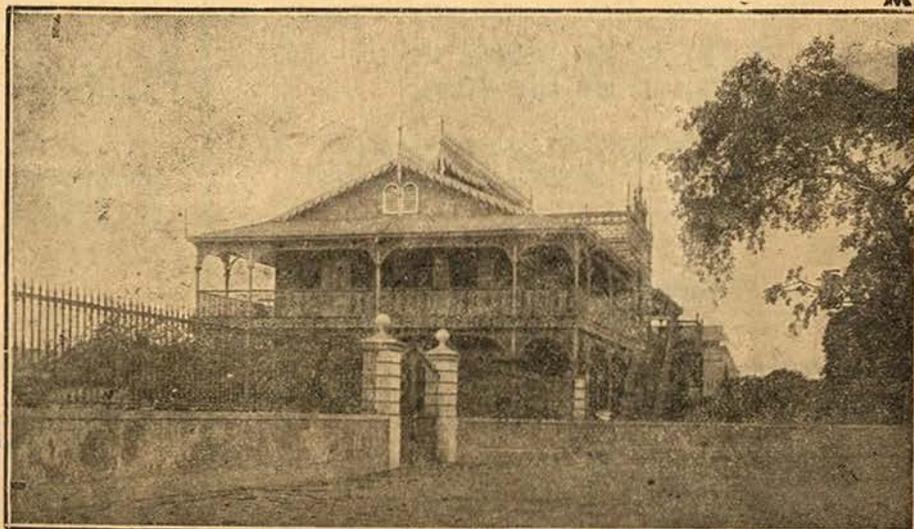
Importação e Exportação

directa das suas casas em ÁFRICA de todos os productos de ANGOLA (Africa Occidental Portuguesa)

Café, Cacau,
Coconote, Oleo de
palma, Urzela,
Borracha, Cera de
abelha, Goma
copal, Marfim etc.

Em deposito para
fornecimentos:

Fazendas, Quinquilharias,
Géneros alimentícios, Fer-
ramentas, Vinhos, Oleos e
variadissimos artigos da in-
dustria nacional e estran-
geira



DEPENDENCIAS DE LOANDA

J. 23FH

LEITE DE MAGALHÃES

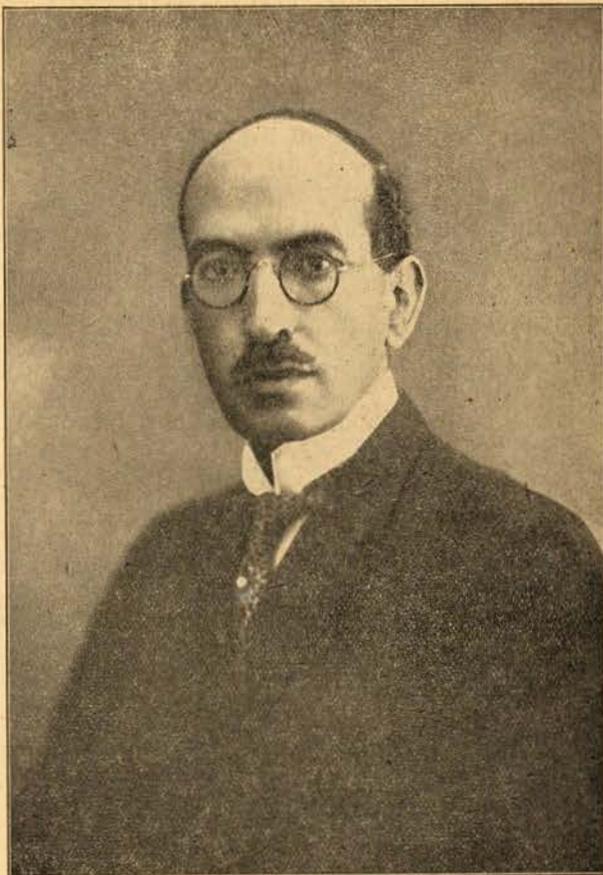
LEITE de Magalhães, que as exigencias do serviço publico e o seu indiscutivel patriotismo levaram mais uma vez para Angola, é um colonial distinto cu'os meritos são de sobejo conhecidos para que precisemos encarecel-os; muitos afirmados numa longa carreira de serviços prestados nas colonias do Oriente e em Angola, afirmados sobretudo pelo seu amor ao estudo das questões profundas que se relacionam com a vida economica dos povos, cuja objectivação sempre tem procurado realisar com uma vontade firme e rara dedicação á causa colonial.

Trabalhos importantes sobre geografia e demografia, sobre colonisação e produção, sobre administração e finanças, são os seus pergaminhos de colonial. No exercicio de importantes cargos na India e em Timór, como nos governos de districto que exerceu em Angola, teve sempre ocasião de pôr em acção proveitosa os conhecimentos da sua intelligencia lucida.

Em descanso na metropole, nunca descansou: e assim o vimos nos ultimos tempos sempre trabalhando com ardor no 2.º Congresso Colonial, nas comissões de estudos coloniais da Sociedade de Geografia, na comissão dos interesses economicos para estudo da situação financeira de Angola e sobretudo na direcção desta «Gazeta», que tanto lhe deve desde que a exerceu, com o mesmo elevado patriotismo de sempre, na defeza do nosso patrimonio colonial.

Chamado ultimamente a representar Angola, como deputado, no Congresso da Republica, poucos dias pôde desempenhar-se desse honroso mandato, por terem sido dissolvidas as Camaras legislativas; mas a sua actividade e a sua elevada competencia foram logo reclamadas pelo novo alto commissario em Angola, sr. eng. Vicente Ferreira, que o escolheu para secretario provincial do Interior.

E' essa a razão do seu afastamento da metropole; missão honrosa a que o sr. major Leite de Magalhães ha de saber corresponder, cooperando com a alta individualidade e competencia que é o novo commissario, no resurgimento financeiro e economico de Angola. A «Gazeta das Colonias» não pode deixar de endereçar-lhe, com as suas saudações, a esperança de que hão de ser coroados do melhor exito os esforços da nova administração.



*

Tres dias antes da sua partida, Leite de Magalhães assistiu a uma carinhosa festa de despedida, organizada pelos seus amigos mais intimos. Umias cincoenta pessoas que têm o seu passado e o seu nome, alguns dos mais distintos, ligados á administração e aos organismos economicos das colonias, saudaram com entusiasmo e com sinceridade o novo secretario do Interior de Angola; inumeros telegramas de felicitação foram lidos, expedidos por outras individualidades que não poderam comparecer; fizeram-se afirmações importantes sobre a administração colonial e o futuro das colonias, lembraram-se os actos de relevo da vida official do homenageado, expressando tudo a fé que nos anima em melhores dias para Angola. Leite de Magalhães respondeu a cada um mostrando que nem esquece o

afecto que lhe tributam, nem os meritos das pessoas com quem tem privado. Especialmente, exalçou as virtudes civicas dos missionarios religiosos, que ali estavam representados pelos reverendos conego Miranda Magalhães e padre Alves Correia, procurador das missões, sendo as suas palavras, quentes de fé patriótica na obra das missões religiosas, vibrantemente apoiadas por toda a assistencia.

Foi esta uma simpatica festa de verdadeira confraternisação, á qual presidiu o sr. general Sá Cardoso, que com eloquencia traçou o perfil do homenageado e o valor da obra colonial dos portugueses; festa que teve o seu epilogo no dia do embarque a bordo do vapor Angola, onde quasi todos os convivas dela compareceram, e muitas mais pessoas, para darem o ultimo abraço ao major Leite de Magalhães.

UM APELO

A **Gazeta das Colónias** destina-se, como até aqui, á propaganda das colónias e á defesa dos interesses das colónias e dos colónos. Contamos para isto com a boa vontade dos coloniais residentes em Lisboa; mas a **Gazeta** só poderá atingir cabalmente esses seus objectivos, quando consiga a cooperação dos seus agentes nas colónias e dos seus assinantes.

A uns e outros pedimos, porisso, que nos enviem as suas comunicações, relatos, artigos ou reclamações que, com aqueles fins exclusivos convenha publicar; quando as descrições possam vir acompanhadas de fotografias ou outros documentos comprovativos do nosso esforço colonizador, não deixem de o fazer.

A publicidade de tudo quanto convenha á defesa da nossa obra colonial será util, sobretudo neste momento histórico em que está em jogo o crédito do nosso nome como povo colonizador, cumprindo-nos repelir insinuações tendenciosas e demonstrar com factos comprovados, tanto a inanidade das acusações que nos fazem, como o progresso real das nossas provincias ultramarinas, que em cada uma está subordinado ao meio e aos recursos locais, como á situação geográfica e capacidade demográfica.

Onde haja erros a corrigir ou iniciativas a impulsionar, que se denunciem, que se apontem, mas sempre com isenção, com elevação, sem particularismos e apoiados em bases seguras que permitam aos institutos coloniais e aos poderes do Estado ocuparem-se delas.

Esperamos assim que a **Gazeta das Colónias** seja de todos e para todos os seus cooperadores, amigos, assinantes, agentes; e esperamos sobretudo que seja o brado de todos os bons portugueses que mourejam nas colónias.

Portugueses sinceros! Mandai as vossas comunicações sobre

Propaganda colonial
Defesa das colónias
Defesa dos vossos interesses

para a Direcção da **Gazeta das Colonias**

RUA DO GREMIO LUZITANO, 40, 1.º

O Problema Demografico Colonial

Questão vital nas grandes Colonias Portuguezas

I

NOS últimos tempos, atravez das mgnas questões que têm agitado os nossos debatidos problémas coloniais,—um começa a esboçar-se como que a médo.

Os nossos economistas de maior renome, aqueles que debateriam com denodo o palpitante probléma demografico colonial, não se apresentaram na liça a estudá-lo em todas as suas gâmas e passaram sem quererem tocar-lhe mesmo ao de leve.

Vislumbram-se referências, muito diluidas em páginas que dissertam sobre toda a complexidade de questões coloniais, mas forçoso é confessar que a demografia nas nossas grandes colonias não é trabalhada com aquele carinho e com aquele entusiasmo com que vemos — deleitados — tratar afincadamente e debater todas as questões que com aquela se relacionam, mais de perto.

E, contudo, é manifesto que as grandes nações coloniais, em Africa, apresentam e dissecam esse mesmo probléma em toda a sua nudés.

E' um probléma que não se compadece rodeado de declamações enfáticas.

Tem de ser pôsto no seu enunciado, e no desenrolar da sua demonstração, de uma maneira sciéntifica, talvez rude, para que vejamos claro o seu desfecho fatal.

¿ — A população *aborigena* das duas grandes colónias portuguezas é *muito* inferior á capacidade dos seus territorios — ?

¿ — A taxa demográfica é, por isso, infelizmente, baixissima em *Angola* e *Moçambique* — ?

¿ — Em *Angola* este coeficiente de densidade específica não vai além de **3** e umas décimas e em *Moçambique* não passa de **5** ?

Como se depreende por estes simples enuciados, a questão é das mais palpitantes e daquelas que se defrontam mais ameaçadoras para o prestígio de Portugal, como nação eminentemente colonisadora.

A demonstração desta suprema questão tem que ser feita face a face e perante a moderna concepção colonisadora, que de hoje para o futuro regerá o mundo.

Para a vêrmos em toda a sua pal-

pitante nudés, nada de roupagens que esbatam os seus contórns e nada de subterfúgios que diminuam a importancia longinqua da falta da sua resolução.

Todos os que de perto ou de longe têm dividido a nossa assustadora posição perante o despovoamento das duas grandes provincias ultramarinas, conclamam, — una voce — que a *Mão de Obra* naquelas colonias é deficitária.

Mas, afirmando esta verdade, tangível, limitam-se, naturalmente a vêr sómente as consequências longinquas.

fim utilitário — não só para elas — devem tambem ser úteis em braços ás nossas pequenas colónias do Ocidente e aos nossos vizinhos que vivem em manifesta actividade industrial, mas tambem em manifesta crise de braços das suas incolas.

O probléma com as suas inumeraveis facetas presta-se a multiplices corolários e derivantes que são — posso afirmá-lo — mais interessantes do que o próprio probléma em si.

Foquemos, pois, o probléma na sua immediata utilidade para *Angola* e *Moçambique*.



MOÇAMBIQUE — Palácio de S. Paulo
(antiga residencia do Governo)

Por isso é necessario que a demonstração se faça por meio de algarismos, visto que são estes e não a retórica meridionalizada, que governam o mundo.

Oxalá que assunto de tão suprema magnitude prenda a atenção dos nossos eminentes colonialistas.

Os grandes problémas economicos — aqueles que são factores a pesarem no conceito com que vivemos no mundo das ambições, que nos espreitam, — terão a sua máxima eficiencia e o seu éxito se pozermos em marcha um probléma que é capitalissimo para o nosso nome como colonisadores e para o desfecho da obra economica já iniciada, ou em via de realização em *Angola* e *Moçambique*.

Para que as nossas duas grandes colónias marquem em toda a sua grande plenitude e com um manifesto

Como sempre, as estatísticas que projetariam luz sobre questões palpitantes e de máximo interesse publico, falham, umas vezes pelo seu lacoismo, outras porque são tardias e incompletas e muitas das vezes essas estatísticas nem sequer foram esboçadas.

Para *Angola* a questão já pode pôr-se com uma certa clareza.

Assim o último inquérito mandado efectuar pelo alto commissario da Republica, general Norton de Matos, deu-nos dados elucidativos, que de dedução em dedução levam-nos quasi á demonstração completa dos enunciados já postos.

Esse inquérito sobre o aproveitamento geral da mão de obra indigena, apesar de incompleto, apresenta-nos a questão clara.

Angola tem, em numeros redondos, um total aproximado de:

560.000 homens validos

isto é, pouco mais de 1/10 da população total.

Esta proporção estaria em parte dentro da logica deste genero de estatisticas demograficas, se não estivesse sujeita a erros, e erros de certa amplitude.

Mas essa estatística põe em evidencia a já enorme massa de *mão de obra indigena* que tem sido recrutada nos últimos anos para as necessidades economicas e que vai até, numeros redondos:

190.000

Como a estes 190.000 indigenas mobilizados, devem corresponder igual numero em repouso, as necessidades economicas daquela provincia,—necessidades ainda de facto incipientes,—precisam actualmente de:

190.000 × 2 = 380.000

A reserva ou diferença desta mão de obra para o somatório da gente válida, dá-nos:

560.000 Hom. Val. — 380.000 M. Ob. = **180.000 Reserva!**

E em Moçambique?

Temos numeros dispersos, que encadeados do mesmo modo levam-nos á seguinte demonstração:

Homens validos:

360.000

(Pouco mais de 1/10 da população total).

Média da mão de obra efectiva, recrutada annualmente para os prazos, fazendas particulares, minas da Rodésia e da Africa do Sul:

120.000

Homens válidos mobilizados:

120.000 × = **240.000**

Reserva de braços indigenas:

360.000 Hom. Val. — 240.000 M. Ob. = **120.000 Reserva!**

Em conclusão, a reserva do braço indigena, não deve classificar-se,—nas duas grandes provincias ultramarinas,—de insufficiente, de deficitaria, mas simples e unicamente de **anémica** e de um valor quasi **ridículo**.

Mas prossigamos.

Angola com 1.270.000 Km.² tem 500.000 H. Val., correspondendo a **0,4 Hom. Val./Km.²**

Moçambique com 760.000 Km.² tem 360.000 H. Val., correspondendo a **0,5 Hom. Val./Km.²**

Para os economistas e medicos higienistas estes algarismos, de uma eloquencia brutal, ha muito eram o remate final da fraquissima densidade demografica que actualmente apresentam aquelas duas grandes provincias.

E os inquéritos que tenham sido realizados ou que venham a ser ordenados, não lançarão mais luz e só mais claramente porão em destaque essa fraquissima densidade relativa, sobretudo para a gente válida.

Mas se todos os inquéritos pecam por erros maiores ou menores, o inquérito á mão de obra de Angola e calculo para Moçambique, estão basilaramente errados.

Já se não põe em evidencia, para Angola, o erro que advem desse inquérito ser incompleto, pela falta de dados de dois distritos que não corresponderam ás determinações da

autoridade superior da provincia, naturalmente porque os chefes de distrito não tiveram meios para fazerem um cálculo consciencioso.

Mas aquele somatório de gente válida, nas duas provincias, tem um enorme coeficiente de erro, que se torna necessario revelar em toda a sua nudez.

Inquérito feito apressadamente e sómente pelo pessoal administrativo que, diga-se com justiça, nêle revelou qualidades de tacto e de alta compreensão das suas especialissimas funções, esse inquerito peca, sobretudo, por excesso e por otimismo.

A experiencia diz-nos de uma maneira insofismavel que aquele numero de gente válida, é exagerado.

Se nas duas grandes colonias houvesse montado um regular serviço com *médicos higienistas*, imediatamente o cálculo seria corregido, ou para mais ou para menos.

Mas esse ramo de medicina não se encontra montado nas nossas colónias e por isso temos de nos servir dos dados da nossa experiencia.

Esse erro de correção, para menos e não para mais, é de 10 a 20 %, conforme as regiões estudadas e as raças, é claro.

Mas assentemos na média de:

15 %

Sim, não é exagerada a correção de 15 % nos cálculos já feitos, se atendermos á percentagem de doentes que passam pelas malhas do critério simplista das autoridades administrativas.

Muitos indigenas recrutados para trabalhos públicos e particulares, são portadores de molestias que só a um profissional se tornam patentes.

A histero-epilepsia e toda a gama de doenças mentais, consequencia de atavismos alcoolicos e sifilíticos, as anomalias cardíacas e as perturbações viscerais, com frequencia helmintisiascas venerias, escapam a um exame sumário feito pelos funcionarios administrativos.

Aquele coeficiente deve estar certo como computo médio.

Feitas as contas e entrando com aquele coeficiente de correção nas duas principais fórmulas, elas apparecem-nos com as seguintes extructuras:

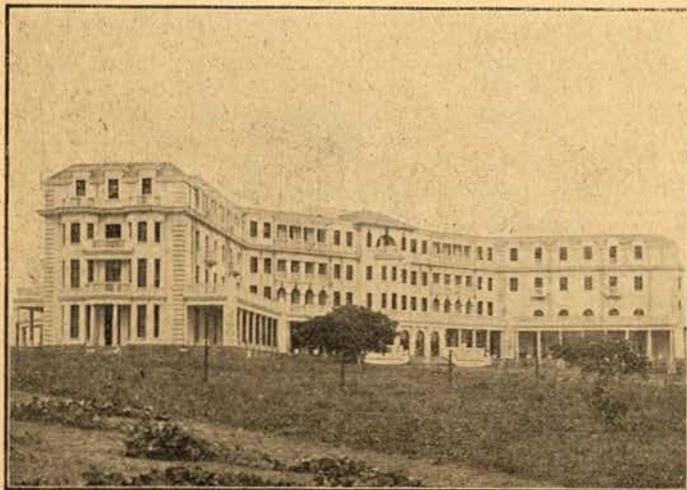
Para Angola

560.000 — 15 % =
476.000 Hom. Val.

380.000 — 15 % =
323.000 M. Obra.

Portanto:

476.000 — 323.000 =
153.000 Reserva



MOÇAMBIQUE — Hotel palacio — Vista sobre a praia

Segue-se que:

1.270.000 Km.²
476.000 H. Val.
0,4 H. Val./Km.²

Para Moçambique

360.000 — 15 % =
306.000 Hom. Val.

240.000 — 15 % =
204.000 M. Obra.

Portanto:

306.000 — 204.000 =
102.000 Reserva

Segue-se que:

760.000 km.²
306.000 Hom. Val.
0,4 Hom. Val./km.²

Estes cálculos, muito sumários e sujeitos ainda a grandes correções, cujas razões são óbvias e compreensíveis, põem desde já a questão das possibilidades de mão de obra em toda a sua clareza.

As duas colónias estão de hoje para futuro inibidas de se lançarem no delírio, quasi epilepsia de que foram abaladas no ultimo lustre, numa desordenada valorisação economica, contagiosa e obsediante.

Um **¡basta!** se impõe, clamorosamente, lançado do alto.

Por humanidade, pelo principio básico de solidariedade humana, affirmo peremptoriamente que tudo nos impõe *refazer a raça negra*; raça doente por contingencias, quasi multiseculares e de que em grande parte as grandes e pequenas nações coloniais têm máximas culpas.

Não se faz esta afirmação gravissima com segundo sentido e com mania de presumir.

A eloquencia brutalissima destes numeros vale por si mesmo!

Não temos um homem válido por 2 quilometros de superficie nas nossas maiores colónias!

E quão angustioso e amargo se torna resolver todos os problemas que com este se prendem directamente!...

A Africa intertropical sem negros é a desolação apavorante, é uma mancha do inferno.

Portugal, antes de pôr em equação o debatidissimo e experimentado problema da colonisação europeia, nos planaltos central e sul de Angola e nos planaltos do norte e ao sul do paralelo 20 de Moçambique, deve, por humanidade, resolver o *problema da colonisação indigena «á outrance»*; sim, refazer essa raça sobre-

tudo nas zonas onde ela é suscetivel de proliferar-se e robustecer-se.

¿Colonisação europeia, oficialmente forçada nos planaltos equatoriais, sem termos primeiramente posto as permittas de uma boa colonisação indigena?

Os indigeas senhores das terras, dezimados durante séculos por um sistema de escravatura que exauriu as fontes maternais de proliferação e de renovamento da raça; intoxicados pelo ethilismo europeu e africano — *ao tempo banho de civilisação occidental* —; derreados por doenças sumptivas que para sempre afrouxaram a estructura organica de colossos negros; lethargiadas pela pandemia tripanosomiasica que a actividade e o trafico europeu iradiou paralelo com a civilisação; aniquilados por fomes e por guerras, os nossos indigenas não terão agora a sua hora e não serão dignos que os mais antigos pioneiros em Africa tenham aquele desvelo, o carinho que uma mãe muito querida quer ter para com os seus filhos doentes e raquiticos!?

Angola e Moçambique, se têm sectores de centenas de milhar de Km.² que se devem considerar *mortos* para qualquer especie de colonisação indigena, mesmo á custa de formidaveis e dispendiosos trabalhos de engenharia sanitaria, contudo ha outras manchas que são excelentes, *ótimas* para podermos constituir alfobres de proliferação da raça, mananciais, riquissimos de braços.

Para nós, já ha muito, souu a hora de sermos, no campo das realisações utilitárias e dentro do conceito moral e humanitario que rege a nossa affectividade colectiva, os primeiros a marcarmos os novos rumos para o revigoramento dos incolas dos nossos dominios.

E não está nada certo que tendo

nós já ha muito dado esses rumos, continuemos oscilando no ponto morto, que a manter-se, poderá levar-nos a uma catastrofe irremediavel.

¿Como entrar afoitamente numa politica eminentemente agricola e industrial, nos nossos dominios intertropicaes, sem repararmos que a principal politica de fomento está na produção e revigoramento de braços?

Não é com esqueletos matraqueando articulações, nem com fantasmas, visionados por Dorée, que avançam e grimpam os caminhos de ferro e que do seio da terra mãe explodem e bailam seivas.

Nas nossas colónias dos intertropicos, na quasi totalidade das suas areas é com o braço do indigena e só com ele que Portugal deve contar para um futuro e accentuado desenvolvimento economico dos seus dominios.

Indigenas, milhões de indigenas que, como globulos do gigantesco corpo colonial, sejam os elementos vitalisantes do seu estado de anemia secular!

Set. 1926.

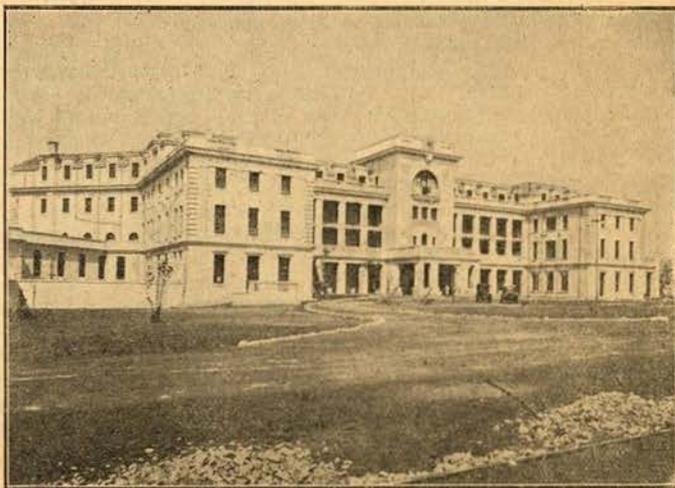
(*Continúa*)

Dr. A. ORNELAS.

Sul d'Angola

Foi recebido no Ministerio das Colonias um relatorio do actual governador do Cubango sr. dr. Francisco Oliveira dos Santos, acérca do inquerito a que procedeu para averiguar da forma como o dr. Ross coligiu, naquela colonia, os elementos com que formulou as acusações contra Portugal, apresentadas á Sociedade das Nações, em Junho de 1925.

Esse relatorio que, segundo consta, refuta de uma maneira precisa as acusações, foi confiado ao sr. general Freire de Andrade, a fim de o entregar ao presidente da delegação portuguesa na Assembléa da Sociedade das Nações, sr. dr. Bettencout Rodrigues.



MOÇAMBIQUE—Hotel palacio— Fachada do lado da terra

AS NOSSAS GRAVURAS

ALEM das que se referem á partida para Angola do nosso antigo director, inserimos neste número as seguintes:

Mozambique. Tres documentos notaveis que atestam o valor do nosso esforço dos tempos historicos e dos tempos modernos; são edificios que em qualquer parte do mundo honrariam uma administração colonial e que pelo seu optimo aspecto mostram que nem as tradições se perdem, nem as iniciativas de hoje são tacanhas.

Riquezas de Angola. As seis fotografias das mais importantes quedas dos rios Cuango, Lucala e Cuanza, pertencem ás coleções do actual director da *Gazeta*, obtidas no decurso de reconhecimentos hidrograficos e geograficos, coleções que hoje estão em poder da Secção fotografica do exercito á disposição de todos quantos se interessam por estudos coloniais.

Se considerarmos que qualquer daquelles importantes rios dispõe de um caudal superior ao do nosso rio Douro e que nas suas bacias abunda o ferro, podemos avaliar que importante futuro industrial terá o nosso distrito de Malange, onde essas poderosas forças se acumulam.

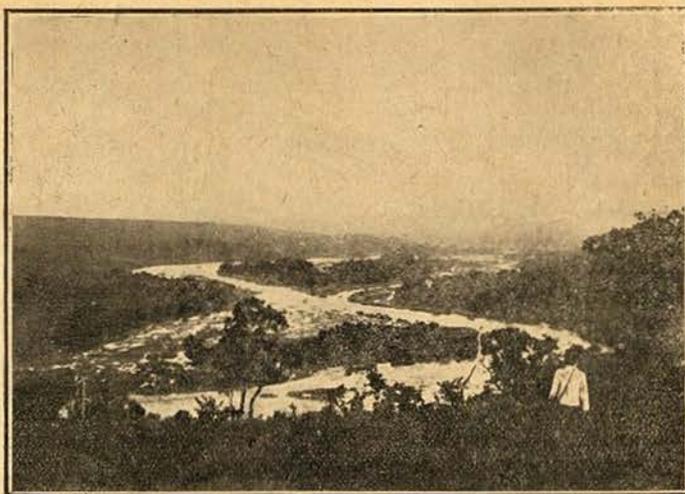
As quedas do Cuango estão situadas nas proximidades da confluencia do rio Cambo; a mais importante «Queda Guilherme» tem uma altura de quarenta metros e pertence á serie de saltos que vae dos rapidos de «Quipala até aos rapidos D. Luiz». O desnivel total aproxima-se de duzentos metros em trinta quilometros. Este troço do rio Cuango é comum ao Congo belga, defenindo ali a fronteira. Os indigenas da região (Maholo) são ferreiros emeritos.

A queda do Lucala «Rianzundo» está situada na circunscricção de Duque de Bragança, mais proxima de Malange.

Desnivel sessenta metros.

Do Cuanza apresentamos dois aspectos da queda do Condo que tem apenas o desnivel de vinte metros; mas dali para jusante o rio desce do planalto até ao Dondo (queda de Cambambe) em saltos quasi constantes, que produzem o desnivel total de perto de mil metros em trescentos quilometros do percurso.

Não se dirá que ha de faltar a hulha branca nestas regiões maravilhosas, quando para elas chegar a hora da industrialisação. Entretanto será necessario cuidar do seu repovoamento, problema primacial que noutro lugar da *Gazeta* é hoje tratado pelo sr. dr. Augusto Ornelas com a sua habitual proficiencia.



A força hydraulica em Angola. — Rio Cuango — Rapidos de Quipala

Extração da borracha. Completamos a nossa documentação fotografica deste numero com uma série dos aspectos que oferecia, entre os indigenas do Congo (Maiaca) a preparação da borracha, quando este producto atingiu no comercio de exportação de Angola um dos seus mais importantes valores.

Esta industria está hoje paralizada em Angola, porque noutros países se conseguiu um muito maior desenvolvimento a par de processos extrativos aperfeiçoados. As necessidades deste producto nas industrias moder-

nas multiplicam se consideravelmente, e já hoje obrigam a America a pensar nas Filipinas como fonte de produção da borracha que lhe falta. Não será esta a oportunidade para que o problema seja atacado scientificamente em Angola, onde apenas faltava melhorar o fabrico?

Os clichés desta serie são da mesma proveniencia que os precedentes, o que declaramos em obediencia ao desejo da Secção fotografica do exercito, com cuja amabilidade esperamos contar de futuro para documentar a propaganda colonial.

Macau

Repozimos de «O Seculo» a seguinte informação sobre o assunto e mais palpitante interesse colonial n'esta momento:

O sr. ministro das Colonias recebeu ontem um telegrama do governador de Macau, dizendo que o governo de Cantão lhe enviara uma nota, protestando contra a atitude das tropas portuguesas, que classifica de ataque contra os grevistas chineses que se encontram aquartelados em frente ás portas do Cerco, e pedindo uma indemnização e o castigo dos officiaes e praças que faziam parte das mesmas tropas.

Igual reclamação foi apresentada ao governador de Hong Kong.

O governador de Macau respondeu que a atitude das tropas portuguesas foi justificada pelo facto de, por varias vezes, terem sido atacados, a tiro, pelos grevistas, e ainda por não ter o governador de Cantão dado quaisquer

providencias ás reclamações apresentadas pelas autoridades portuguesas contra os actos praticados pelos chineses que, em attitude provocadora, acamparam ás portas daquela nossa possessão.

Outras informações recebidas no Ministerio das Colonias dizem que as tropas portuguesas têm usado da mais extraordinaria prudencia suportando ataques dos grévistaa, sem ripostarem, a fim de evitar quaisquer complicações. Apenas uma ves os soldados portugueses, vendo a bandeira nacional furada em três partes pelas balas dos chineses, não puderam conter se e deram uma descarga contra os atacantes, isto apezar dos esforços empregados pelos officiaes no sentido de evitar tal facto.

Os grévistas atacam csm frequencia os fazendeiros que pretendem entrar em Macau com generos de primeira necessidade.

O Governo resolveu mandar embarcar urgentemente, para Macau, todo o material de guerra que ha tempos tinha sido pedido para aquela provincia

ESCRAVATURA

NÃO é ocioso lembrar neste momento que nós, os portugueses, tivemos sempre a contrariar-nos na obra de colonização, as más vontades, as invejas, e até os odios, dos povos nórdicos que, sistematicamente, tangerem, quando pretendem ferir-nos, o alaúde da escravatura ou da falta de actividade, quando aliás é certo que esta implicitamente afastaria a pratica da escravatura.

O trabalho obrigatorio, ou a mão de obra forçada, que em qualquer das suas modalidades são outras tantas formas de escravatura, foram em todas as épocas o recurso supremo dos Estados que fundaram os grandes imperios, enquanto os requintes das respectivas civilizações e a espiritualidade dos seus idiais, não interessaram a massa das suas populações numa obra de colectividade futura a assegurar.

Com a escravatura fundou-se a Babilonia e engrandeceu-se o Egipto. Em Roma teve organização juridica e fóros de emancipação até aos mais elevados graus da sociedade patricia; e os Estados feudais que a avalanche germanica espalhou na Europa, deram-lhe corpo sob a forma de *servidão da gleba*. Nunca a escravatura teve forma mais odiosa (a mentira é sempre odiosa) do que sob esse regime, que só ha alguns dias caiu na Russia, para logo renascer sob outro aspecto, perante as necessidades da reconstrução social; e em Inglaterra? dominou sempre, — quem o contesta? — sob a forma aparente de instituições consignando as máximas liberdades individuais. Que o digam os camponeses nas lutas sustentadas á roda das leis agrarias, que o digam hoje mesmo os mineiros paralisados ha cinco mezes.

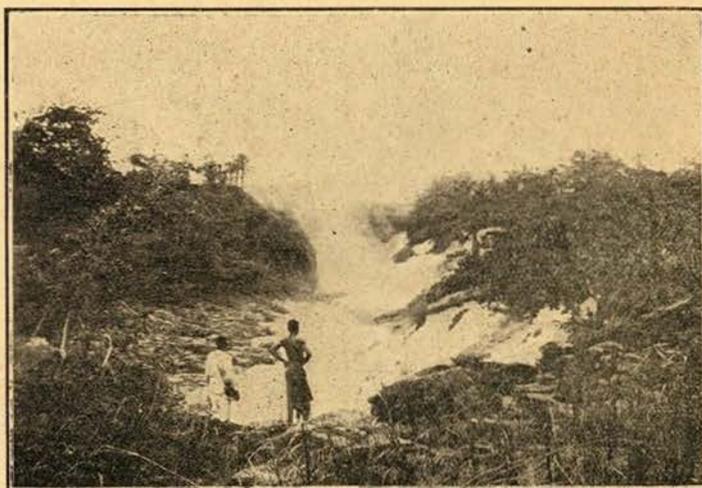
Nós, os portugueses, praticámos a escravatura nos territórios africanos, é certo, quando as necessidades de colonização o exigiram; mas ninguém poderá contestar que a nossa legislação do século XVII, foi exuberante de preceitos que asseguravam os principios do respeito humanitário a usar com o recrutamento, transporte e applicação da mão de obra africana e ninguém poderá contestar-nos a primazia que nos cabe de tratar, no século immediato, de acôrdo com a Inglaterra, dos actos que conduziram á

abolição da escravatura e regulamentação do trabalho indigena, excluindo todas as modalidades do tráfico de escravos.

Eis a questão. Contudo somos sistematicamente acusados de esclavagistas e os nossos detractores são sempre, inalteravelmente, alemães, ingleses ou americanos. Estes países mantem nas nossas colónias missões religiosas do ramo protestante, que têm insistentemente batalhado para as desnacionalisar, embora na apparencia o não demonstrem; mas factos são factos

das Nações, que felizmente já conhece a tática e os meios que os nossos detractores empregam nos seus ataques periódicos, e conhece sobretudo o valor da nossa legislação sobre trabalho indigena e as deficiências económicas das nossas colónias, derivada principalmente da falta de mão de obra, sem que esta, contudo, falte ás minas do Rand na parte que, segundo os tratados, temos o dever de satisfazer.

E' assim mesmo. E que pretende o sr. Schwarz? Nada menos do que



A força hidraulica em Angola.—Rio Cuango—Queda «Guilherme»

e as sedições indigenas do Congo, em 1912, do Bailundo, em 1902 e de Ovampo até 1915, provam que a Acta de Berlim nos obriga a acarinharmos no seio a vibora da inveja e do despeito, que se insinuou lentamente sob o pretexto de cristianisar a Africa.

Com as resoluções derivadas da guerra, que coincidiram com a nossa occupação integral dos territorios de Angola e Moçambique, podiamos e devíamos ficar descansados acerca da integridade das nossas duas grandes colónias. Não aconteceu porém assim: a vibora segregou o seu veneno, no ultimo ano por intermedio do americano Ross; hoje, é um tal Schwarz da Africa do Sul quem pretende envenenar a nossa situação perante a Sociedade

uma revisão de fronteiras no Sul de Angola, de modo a deixar do lado da antiga colónia alemã, agora sob mandato da União Sul Africana *todo o território do Ovampo* que compreende as tribús portuguezas do Cuahama, Cuamato, Evale e Cuambi. Nem mais nem menos, e já não é pedir pouco. «O falar vai dos queixos» conforme se diz em gíria nacional. Nós não sabemos que filosofia profunda encerra este proverbio, mas suspeitamos que elle sintetisa as relações das palavras com o estomago, visto que os queixos são o primeiro instrumento de trabalho do aparelho digestivo.

Com effeito, o sr. Schwarz reclama a anexação de Ovampo ao Sudoeste africano com dois fundamentos: 1.º, a necessidade que ha, na

antiga colónia alemã, de mão de obra indígena para o trabalho das minas e dos caminhos de ferro, sendo para isso a população do Ovampo preciosa e importante; 2.º, esta população vive, sob a tirania portuguesa, num estado de sujeição intolerável, sendo necessario acudir aos desgraçados mártires antes que eles se revoltem contra nós, com as armas e canhões que nos tomaram durante a guerra e de que sabem fazer uso proficiente.

Eis uma verdade e uma mentira sem classificação, que se casam

admiravelmente para nos denunciarem a intenção unica de Schwarz — dispor á sua vontade de trabalhadores valiosos do nosso territorio que nunca se recusaram a trabalhar em Otavi ou Winduck, antes o têm feito com o assentimento das nossas autoridades. O documento está publicado no ultimo numero do «Boletim da Agencia das Colónias»; recomendamos a sua leitura aos nossos coloniais que conheçam o Sul de Angola, para que possam, querendo, contestar, ponto por ponto, a série de calunias que

êle insere, a par de afirmações tão disparatadas, que somos forçados a acreditar que o seu autor se entretem a trocar com os membros da Sociedade das Nações, a quem foi dirigido. O cesto das coisas inuteis será certamente o seu destino, se chegar á meza da comissão dos mandatos; mas nem por isso devemos deixar passar em julgado afirmações, sejam de quem for, que atentem contra a nossa soberania ou ponham em duvida a nossa capacidade na administração colonial.

OS PLANOS SOBRE ANGOLA

O importante diario *Jornal do Comercio e das Colonias*, sempre solícito em prestar á causa colonial esforços pouco vulgares, analisa, na sua cronica colonial do dia 7 do corrente, uma entrevista sobre a situação financeira e economica de Angóla, que, dias antes da sua partida, o sr. major Leite de Magalhães deu ao «Portugal».

E' indiscutível a competencia do signatario dessa cronica, que observa a vida economica da colónia desde ha quarenta anos; por isso mesmo somos obrigados a declarar aqui que, actualmente, o problema fundamental para Angóla, como para as colónias suas visinhas da Africa equatorial, é, mais do que o do capital, o da mão de obra indígena que escasseia e até falta em quantidades consideraveis.

Por exemplo: vão ser suspensos, no Congo belga, os trabalhos da nova linha ferrea Matadi-Leopoldville, por falta de mão de obra; a companhia dos diamantes de Angóla poderia duplicar a sua produção, se dispozesse da mão de obra suficiente; e os nossos colonos de Angóla occupados na agricultura, atravessam uma pavorosa crise, chegando muitos d'elles a fechar as suas explorações, por falta de mão de obra.

As estatísticas de Angola acusavam ha pouco tempo uma existencia que cobria tres vezes as necessidades da occasião. Não sabemos que causas extraordinarias, ou de despovoamento, ou de excesso de procura, ou talvez a deficiencia das estatísticas, determinaram a carencia de agora; não existindo qualquer destes factores, só po-

deremos atribui-la ao regime de trabalho livre derivado dos acordos de Genebra. Isto seria terrível, e ha forçosamente que tornar a dificuldade, procurando os meios legais e humanitarios de despertar no indígena a vontade de trabalhar, sem o que a ruina da colonia seria certa.

Entretanto, sabemos que a população de Angola fica muito á quem da capacidade territorial correspondente. Entra em scena o problema demografico, que o sr. dr. Augusto de Ornelas vai tratar nesta *Gazeta* com aquella proficiencia que deriva do seu saber e da experiencia que tem das nossas colonias e das colonias do golfo da Guiné que ha pouco visitou com o sr. dr. Damas Mora, por ordem do governo e delegação da Sociedade das Nações.

Não será portanto justo que consideremos, segundo a cronica acima referida, *meras utopias ou questões que só por incidente se encontram ligadas ao problema economico* os cinco pontos que o sr. Leite de Magalhães considerou fundamentais para resolução do problema economico, a saber:

*Combate à doença do sono,
Criação da população agricola,
Criação de novas povoações,
Proteção do povoamento, e
Assistencia indígena;*

pelo contrario, dentro do problema economico eles são essenciaes e neste momento promordiaes—porque o capital nada fará sem mão de obra, como se está vendo, e porque na Africa

equatorial o trabalho da terra ainda não pode ser executado integralmente pelos colonos de origem europeia, como todos sabemos.

O plano financeiro do sr. Vicente Ferreira, destinado a resolver a actual crise de Angola, é já conhecido nos seus menores detalhes, porque foi decretado e descrito com precisão, pelo seu auctor, em artigos sucessivos do jornal «Diario da Tarde». Resta aguardar os resultados da sua applicação, e a nós não nos convém ser eternamente descrentes. Oxalá que esses meios, extraordinarios e indispensaveis, a que se recorreu porque o Banco Nacional Ultramarino era impotente para os realisar por si só, tenham o condão de desanuviar o horisonte financeiro da colonia.

Conseguido isto, é claro que uma nova crise só surgirá quando as condições economicas a provocarem; mas os colonos de Angola não vão certamente cruzar os braços, nem aguardar a resolução do problema demografico, para trabalhar o mais que poderem dentro dos recursos de que venham a dispor em capital e trabalho. Está nisso o seu interesse, que não tem precisado de incentivos, quando os meios lhe não falham.

Se as declarações do sr. Leite de Magalhães ao jornalista do «Portugal» foram vagas e imprecisas, isto não é para admirar, porque deve acontecer a todo aquele que fale á pressa sobre assuntos tão complexos. Estas palavras não tem a pretensão de esclarecer, mas visam sómente a repôr no seu verdadeiro logar o que julgamos que fôra deslocado.

MISSÕES RELIGIOSAS PORTUGUESAS

ESTÁ por escrever ainda a história detalhada das nossas missões religiosas ultramarinas, que, no dizer de Pinheiro Chagas, — constituem talvez a principal das glórias portuguesas: Bastava, quere-me parecer, este con ceito do grande escritor, para justificar a tarefa, que alguém se propuzesse, de suprir essa falta, para o que todavia teria de lutar com uma relativa escassez de documentos, não só pela perda ou dispersão de muitos que a este assunto se referiam, mas ainda pela circunstância geralmente conhecida, de muitos dos nossos missionários — o maior número talvez — assim antigos como modernos, levarem para a sepultura o segredo dos seus trabalhos e das suas benemerências.

Relativamente aos antigos missionários, nós sabemos contudo que levaram a «regiões onde há séculos não existe e a outras onde nunca existiu o nosso domínio» o conhecimento e o amor da nossa terra; que em pontos quasi inacessíveis da China, no Comodje, na Abissínia, etc., eles edificaram igrejas, por vezes monumentais cujas frontarias selaram com escudos das armas portuguesas; que fizeram o estudo das linguas, da etnologia, da climatologia, etc. das regiões que missionaram, quasi se podendo afirmar com o já citado Pinheiro Chagas que «não há estudo, observações ou exploração feita pelos sábios modernos que estes mesmos não encontrassem já estudada e observada ou explorada por algum dos nossos missionários»; que eles concorreram enormemente, enfim, para a civilização que demos ao Brazil, para a modificação ao menos do barbarismo primitivo das tribus africanas e para a cristianização da India e da Indo-China, onde foi possível crear mais tarde essas dezenas de dioceses que lá prosperam, zelosamente desenvolvendo a grandiosa obra de evangelização que lá fundaram os nossos missionários.

Depois da derrocada do nosso imperio colonial e de iniciado o ciclo das grandes dissensões civis, com que nos vimos enfraquecendo, a acção missionária portuguesa nas terras do ultramar entrou tambem em tão rápida e profunda decadência que, por todo elle, quasi se aniquilou, cedendo nós tambem nesse campo o lugar a outros povos que, mais avisados do que nós, não tardaram a aproveitar o nosso lamentavel abandono. Por deserção dos nossos missionários? Não. Porque estes ou foram expulsos ou se

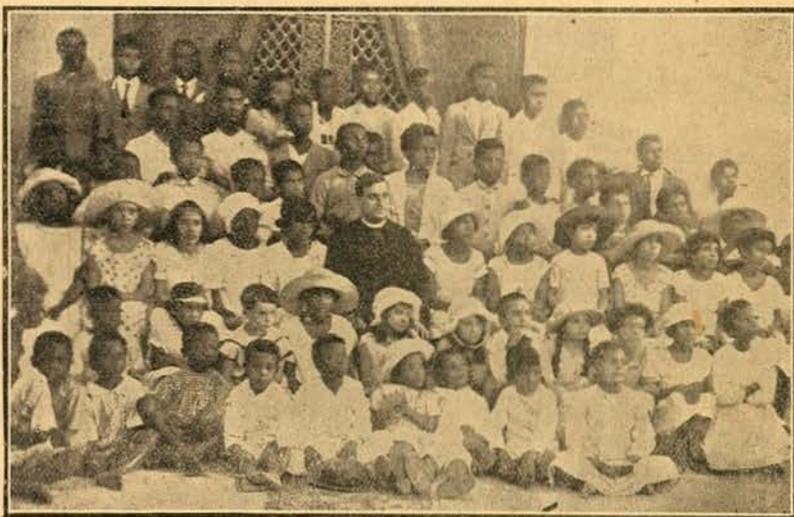
deixaram por lá morrer sem que surgissem outros que lhes continuassem a acção.

Um dia — muitos anos passados já, — começou a pensar-se em remediar esse abandono, ao constatar os prejuizos que dele advinham para os interesses nacionais.

Procurou-se arranjar clero missionário capaz de salvar o que ainda restava da grande obra das nossas antigas missões, e ao fim de muitos anos de esforço, algum se conseguiu enviar para as terras ultramarinas. Era todavia pouco numeroso, mal ganhando para se alimentar, tropeçando constantemente em difficuldades, por vezes enormes, que a sua fé

nários accumulasse uma das freguesias vizinhas, sem se imaginar que o tamanho de cada uma delas se aproximava do de algumas dioceses metropolitanas, mas sem a facilidade de transportes que existe no continente português.

Quando porém os deixavam trabalhar, elles iam mostrando o seu valor; e aparecia então um P. João Gomes a dominar sósinho uma revolta armada em Timor, a qual havia custado já a vida do governador da colónia; um P. Antonio Barroso a penetrar no coração do Congo e a fazer a sua reconquista pacifica em concorrência com os protestantes ingleses que o haviam precedido nalguns anos; o P.



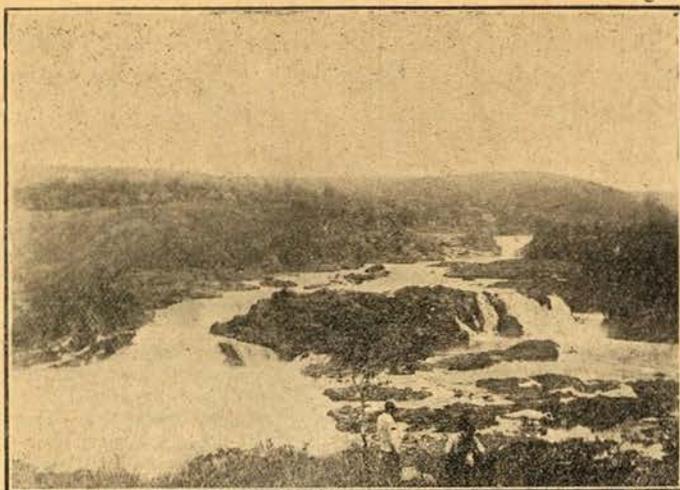
LOANDA — O conego Adelino e os seus alunos em catequese

lhes ajudava a vencer, e, para cúmulo de infelicidade, tendo de ajustar-se algumas vezes a regulamentos provinciais que lhes prejudicavam a acção, mas que lhes eram impostos por esta lusitanissima presunção de cada um se julgar o mais competente para legislar sobre tudo, nisso incluído aquilo de que menos se entende.

Os missionários, geralmente, não eram maus: a orientação que por vezes lhes era imposta, essa era pessima.

Na metrópole olhava-se por vezes para um reduzido mapa de determinada colónia, dividia-se a área nele representada num certo numero de freguesias — onde quasi nunca havia já cristãos — e quando se não podiam prover todas chegava-se a decretar... que um dos párcos-missio-

Leconte a ópor-se sósinho á passagem de um destacamento militar estrangeiro que pretendia atravessar por territórios nossos ainda não occupados militarmente; um P. Ferreira a deixar-se matar por ocasião de uma revolta, em Timor, para salvar um destacamento das nossas tropas; um P. Kelling empreendendo uma perigosissima viagem ao Cuanhama revoltado para tentar salvar algumas praças do nosso exército que haviam caído prisioneiros; o P. Coelho em 1913 e o cónego José Salvado em 1908, penetrando nos fojos dos revoltados do Congo para os convecerem a apresentarem-se ás nossas autoridades; tantos missionarios, em suma, a sacrificarem-se pela civilização do nosso ultramar e a colaborarem ainda nas investigações scientificas sobre



A força hidraulica em Angola. — Rio Cuango — Quedas «Francisco José»

linguística, antropologia, climatologia, etc. e ainda em estudos de pura filosofia, tantíssimos deles enlouquecendo no meio das privações em que se viam ou deixando-se morrer no meio do seu entusiasmo pelas lides apostólicas!

Não! Os missionários actuais não desmerecem nada dos antigos missionários!

Eram menos numerosos do que eles; foram menos compreendidos pela nação, que mal os conhecia, e por isso os seus trabalhos, que não eram menos valiosos, não tiveram a doirá-los uma popularidade igual. E para que nada lhes faltasse — a história repete-se — houveram também eles de ôpor tudo o entusiasmo da sua fé e os mais pesados sacrificios da sua saúde, aos estragos de uma onda de paixão que durante alguns anos tem ameaçado destruir-lhes a sua obra missionária, chegando ainda a obrigá-los a encerrar algumas das suas missões; e de suportar o recrudescimento da mania legislativa de quantos, no continente português, se lembraram de arvorar-se em mentores das nossas missões ultramarinas.

É curioso até a este respeito que, tendo sido sempre os missionários equiparados a determinada categoria de funcionários, mesmo no tempo em que o catolicismo era declarado a religião oficial do estado, ouve quem pretendesse, nestes tempos de separação, fazê-los ingressar no quadro do funcionalismo! isto é, o Estado neutro em matéria de religião, passaria a ter funcionários encarregados da propaganda de determinado culto, que essa é a função principal do clero, missionários ou não.

Para ser frutuoso o seu serviço, os missionários não devem ser funcionários publicos. O Estado tem maneira de fiscalisar, sem isso, a sua acção

como a de todos os cidadãos em geral, por meio das suas autoridades! e as autoridades superiores das colónias ultramarinas tem até hoje feito justiça ao zelo dos nossos missionários e ao valor da sua obra. O Estado, nos termos do decreto n.º 6322, subvenciona os e ás missões pela sua acção civilisadora e nacionalisadora; e ainda porque elas actualmente, não podendo viver sem esse subsidio, teriam de ceder o logar ás missões estrangeiras com prejuizo manifesto dos interesses nacionais.

Esta é que é a boa doutrina, que-re-nos parecer. Esperemos que os prelados das colónias africanas, que o ilustre titular da pasta do Ultramar vai fazer reunir para tratarem do assunto, emitam a sua opinião autorizada, que talvez se não afaste muito do nosso modo de ver.

A. M. M.

A instrução em Angola

E' conhecido o importante trabalho que o sr. dr. Ferreira Diniz antigo secretário dos negocios indigenas em Angola, ha pouco publicou, sobre a "Missão civilizadora do Estado em Angola", livro que trata proficientemente da educação colectiva, dos métodos de educação individual e dos instrumentos da acção civilizadora do Estado.

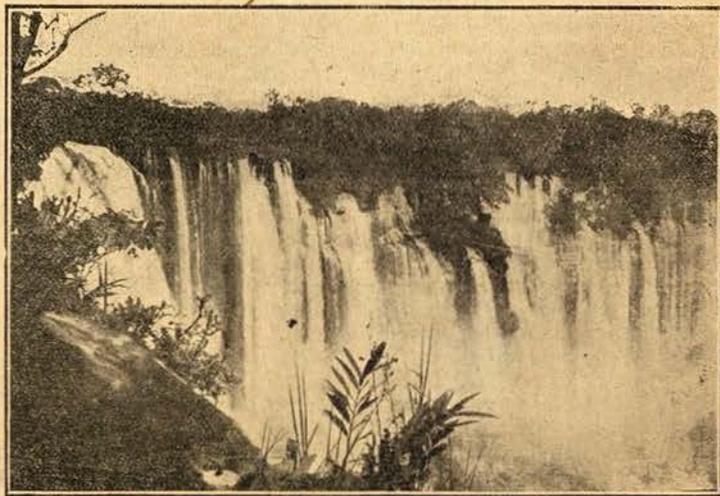
O movimento em favor das colónias e da colonização portuguesa não tem afrouxado nem cá nem lá; e assim vemos que os ultimos numeros do órgão dos interesses economicos de Angola, *A Provincia*, excelente jornal dirigido pelo sr. Domingos Cruz, se occupam minuciosamente do problema da instrução, versando as escolas primarias, a instrução secundária e designadamente o liceu da Huila.

Os mesmos numeros dêsse período occupam-se da assistencia privada e da assistencia pública, assim como da organização do quadro administrativo, com alterações que ali estão sendo estudadas.

E' caso para felicitar-mos a Colonia pelo interesse que lá está despertando o estudo dos seus problemas vitais.

AOS NOSSOS AGENTES

Chamamos a sua atenção para o apelo que hoje publicamos pedindo a cooperação de todos os coloniais na «Defeza e propaganda das Colónias» solicitando-lhes especialmente a remessa de descripções da vida moderna das colónias, acompanhadas de documentos fotograficos.



A força hidraulica em Angola. — Rio Lucala — Quedas de Riansundo



Mozambique

EXERCITO COLONIAL

HA mais de 20 anos que a organização militar da provincia de Moçambique não sofre alterações, apesar das suas condições politicas se terem modificado profundamente e senão vejamos:

Encontram-se, em media, trabalhando nas minas do Transvaal 97.000 indigenas, na sua quasi totalidade gente acva e pertencendo, mais de metade, á tribu *Rouga* vulgarmente conhecida por *Landins*, de aguerridas tradições e sem contestação a mais corajosa de todas.

Não é pois com velhos, mulheres e crianças que se fazem revoltas.

Do rio Save até ao Rovuma, são os indigenas na sua maior parte de indole pacífica, sem espirito de resistencia, procurando apenas na fuga o meio de evitarem violencias e presiguições, origem quasi sempre das rebeliões que nas nossas colonias se tem dado.

Não tem hoje os indigenas de Moçambique armas ou munições, nem probabilidades de as obterem mesmo por contrabando, que n'esta especialidade cessou por completo.

Não existem chefes de prestigio e tão longe temos levado esta politica que a nossa administração se vê por vezes embaraçada para faser cumprir por intermedio deles as suas instruções.

Ha 20 anos eram ainda pouco conhecidas dos europeus varias rigiões do interior, dificultando as operações militares. Haja em vista o que succedeu na campanha dos Namarraes com Mousinho d'Albuquerque. Pois hoje, em cada districto, existem sempre varias pessoas que os conhecem preferitamente.

A deslocação ou o movimento de qualquer força militar era um grande numero de vezes dificultada por falta de caminhos ou estradas. Presentemente nos territorios sob a administração directa do Estado encontram-se estradas em todas as direcções o que permite uma rapida mobilização e concentração de forças num determinado local.

Somados todos estes factores verifica-se que de facto uma campanha

militar, hoje, em Moçambique oferece modalidades inteiramente diferentes d'aquelas que foram observadas nas campanhas do Gungunhana, Nogueira, Barue, Mataca etc.

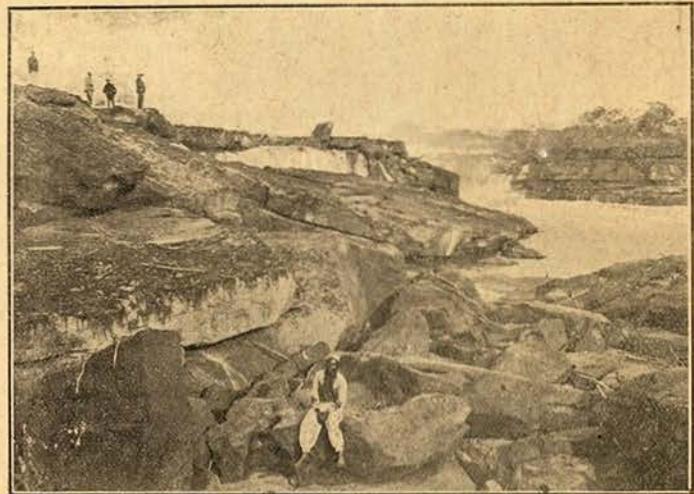
Evidentemente que uma colonia que tem uma população indigena aproximada de 3.652.000 sendo 2.849.000 nos territorios sob a administração directa do Estado e os restantes nos territorios das Companhias, não póde deixar de ter um nucleo de forças militares organizadas, prompto a faser face a qualquer emergencia.

O que porem se torna necessario é

resistir a um inimigo que, suponhamos, podesse dispor de 100.000 homens providos de um material de guerra modernissimo facilmente substituiavel!

Não, não ha possibilidade d'um conflito armado com qualquer visinho e conflitos, a darem-se, resolver-se-hão por meio de notas officiaes e sem troca dum tiro e neste caso o nosso melhor argumento, a nossa sexta arma será uma boa administração pondo-nos ao abrigo de qualquer ataque.

Tomemos como exemplo a Holanda. Pais pequeno e afastado como



A força hydraulica em Angola. — Rio Cuanza — Queda do Condo

liberta-nos da utopia, e utopia cara, d'uma possivel defesa organizada contra inimigos não indigenas.

A actual organização militar da provincia de Moçambique, absorve já uma sexta parte das receitas e pesa tanto no orçamento como os Serviços de Agricultura, Agrimensura, Correios e Telegrafos, Veterenaria, construção de Estradas, Comissão de melhoramentos, Administração do Porto e Caminhos de Ferro, todos reunidos. Póde-se imaginar o que custaria uma organização militar destinada a

nós das suas colonias nunca pensou, em manter um exercito nas suas ilhas da Oceania para a hypothese d'uma agressão estranha, e todavia alguma das suas ilhas, Java, por exemplo, só por si constitue a riqueza d'um país. E não faltam fortes nações poderosas, como o Japão, cuja necessidade de expansão é cada vez maior, devido ao seu excesso de população, que não desejassem constituir-se donos de tão cubiçados torrões.

A Holanda tem nas suas colonias, um exercito de 10.732 homens para

uma população de 37.400.000, tomando em linha de conta que n'algumas ilhas a occupação efectiva ainda está por fazer, tendo os holandeses occupado apenas uma facha do litoral, como succede em Sumatra e Borneo.

A realidade das coisas, de que andamos ha muito tempo afastados, repudia qualquer tentativa mais ou menos aparatosa, condenada de antemão a um insuccesso seguro, complicando ainda mais a nossa situação colonial, sob o seu ponto de vista economico e financeiro.

Temos pois que analisar apenas sob o seu aspeto interno, o problema militar.

As forças militares da provincia de Moçambique compõe-se de:

1.º Esquadrão de dragões em Lourenço Marques.

1.ª Bateria mixta de artilharia com 2 secções de artilharia de montanha e 1.ª secção de artilharia de guarnição.

2 Baterias indigenas de metralhadoras, uma em Lourenço Marques e outra em Moçambique.

10 Companhias indigenas de infantaria.

2 Companhias de deposito e recrutamento.

Temos depois os estabelecimentos militares: Quartel General com 6 secções, Casa de reclusão Tribunal Militar, Depositos de material de guerra, etc.

Ao serviço d'estas forças, existem aproximadamente 2.750 homens.

(Continua)

A. AUGUSTO P. CABRAL

Sec. dos Neg. Ind.

Novo governador da India

Não é ocioso deixar registada nesta *Gazeta* as palavras officiaes de saudação com que foi recebido o sr. general Massano de Amorim ao tomar posse do cargo de governador geral da India. Foram-lhe dirigidas pelo sr. dr. Rocha Diniz, governador geral interino, nos seguintes termos:

Senhor Governador! O nome de V. Ex.ª está de ha muito consagrado na Historia da nossa administração ultramarina Antigo e valoroso companheiro e collaborador de Mousinho, a acção militar de V. Ex.ª, das mais brilhantes e mais nobres, traduziu-se em altos e relevantes serviços prestados á Patria. Formado o seu espirito n'uma escola a que V. Ex.ª pertence e que era constituída por uma pleiade brilhante de colonialistas como Antonio Enes, Mou-

sinho, Freire de Andrade, Ayres de Ornelas, Eduardo Costa e outros mais, não podia, por isso e pelas suas qualidades especiaes, deixar de ser valiosa a sua acção como administrador colonial. A obra progressiva e fecunda realizada por V. Ex.ª em Angola e principalmente em Moçambique, atesta e documenta largamente os seus altos meritos e é a garantia segura de que do governo de V. Ex.ª resultarão para a India os maiores progressos moraes e materiaes.

A India tem assim todos os motivos para se sentir orgulhosa e feliz por ver o seu governo confiado e entregue a um homem de tão grande envergadura, a um dos nossos mais distinctos coloniaes.

Não vou n'este momento descrever-lhe, Senhor Governador Geral, o estado financeiro e economico d'esta colonia. No entanto, posso afirmar que V. Ex.ª não vem aqui encontrar a situação angustiosa e difficil com que se defrontou o Governador Jayme de Moraes, que, mercê das suas altas facultades de intelligencia e trabalho, conseguiu ao fim do seu governo, deixar a India com o orçamento perfeitamente equilibrado.

Na governação que se lhe seguiu, a do sr. Mariano Martins, que se assignalou por actos da mais estrita economia e da mais parcimoniosa applicação dos dinheiros publicos, foi apresentado a este Concelho o orçamento em vigor, no qual as despesas e as receitas se equilibravam tambem.

Isto, porém, não quer dizer que a situação financeira e economica da India esteja resolvida, pois intimamente relacionados com ella estão pendentes varios e importantes problemas que V. Ex.ª oportunamente poderá estudar e na solução dos quaes V. Ex.ª terá ensejo de dar mais uma vez as provas da sua valiosa competencia e do seu tino administrativo.

Financiamento de Angola

ESTÁ apurado que a primeira administração autonoma de Angola, que comprehende as gerencias de 1921-925, absorveu, alem das receitas normaes da colonia, a quantia de 416.655

contos obtidos de varios emprestimos e das receitas extraordinarias derivadas da companhia dos diamantes.

Para atenuar a situação precaria que resultou deste deficit, traduzida principalmente pela falta de coberturas para transferencias e a consequente paralisação da vida economica da colonia, o governo da metropole tem contribuido com os seguintes creditos abertos a favor da colonia:

Decreto n.º 10.795, de 9-5-1925	29.000.000\$
Decreto n.º 10.794, de 26-5-1925	15.000.000\$
Decreto n.º 11.044, de 28-8-1925	20.000.000\$
Decreto n.º 11.277, de 25-11-1925	30.000.000\$
Decreto n.º 11.302, de 11-1-1926	12.000.000\$
Decreto n.º 11.303, de 11-1-1926	15.000.000\$
Decreto n.º 11.366, de 9-4-1926	25.000.000\$
Decreto n.º 11.677, de 20-5-1926	5.000.000\$
Decreto n.º 11.900, de 17-7-1926	15.000.000\$
	147.000.000\$

Além destes creditos está autorizado, e o respectivo decreto por publicar, um crédito de 15.000 contos. O que tudo soma 162.000 contos.

Segundo os planos financeiros do sr. eng. Vicente Ferreira, novo alto commissario, a situação poderá ser definitivamente normalisada, com mais os seguintes creditos, que obteve:

Junta da moeda de Angola e fundos de reserva	23.000
Conversão do emprestimo de 1922	70.000
Participação do Estado no novo banco	25.000
Serviços de hygiene e assistencia indigena	7.000
Soma contos	125.000

fornecidos pelo Banco de Portugal mediante um aumento de circulação fiduciaria garantido pelos rendimentos da colonia.

Não se poderá mais afirmar que o Estado deixa de acudir ás suas colonias, atravez dos maiores sacrificios. A Angola competirá aumentar a sua produção e o seu commercio de exportação, abandonando de vez o recurso a creditos que não tenham exclusiva applicação em obras de fomento — correspondentes em valor.

Questões Coloniaes

ANGOLA

NOTAS E COMENTARIOS DE UM COLONO

POR

Julio Ferreira Pinto

Prefacio de Ferreira do Amaral

Anotações de Veloso de Castro

Publicação recente de interesse palpitante sobre administração colonial, editada por

J. Rodrigues & C.ª

186 - Rua do Ouro - 188

LISBOA - 1926



Angola

FOMENTO GERAL DE ANGOLA

(Extracto do último relatório do conselho de administração)

MISSÕES DE ESTUDO

A frente dos nossos demarcadores, ou caminhando a par, seguiram as missões de técnicos, em cuidadoso reconhecimento ás regiões que haviam merecido a nossa preferéncia. E muito teriamos de alongar-nos se quizessemos dar-vos dos seus importantísimos trabalhos, mais que uma sucinta noticia. Mas isso vos daremos, reservando para o nosso relatório geral todo o desenvolvimento que merece esta parte capital da nossa acção em Angola.

a) Missão de Oleaginosas: Foi a primeira que se organizou, sob a chefia do Sr. Maurice Bret, inspector de agricultura nas colonias francesas, que desembarcou em Loanda em 30 de Julho de 1920, seguindo para o *enclave* de Cabinda, com o seu adjunto, engenheiro agrônomo Sr. Monteiro do Amaral, em 27 de Setembro. Posteriormente, foi contratado, especialmente para o estudo dos palmares naturais das margens dos rios Cuanza, Longa e Nhia, o distinto professor do Instituto Superior de Agronomia Sr. Mario de Azevedo Gomes.

E como, por motivo de doença, tivemos de substituir na sua missão o Sr. Maurice Bret, para ela contratamos o inspector de agricultura do Congo Belga, Sr. Paul Janssens, que, até Maio de 1924, esteve dirigindo os nossos estudos e trabalhos na região do Zaire, onde, por sua vez, foi substituído pelo conceituado botânico suíço, Sr. John Gossweller, havendo mais como auxiliares os técnicos agrícolas Srs. Antonio Xavier Ferreira e Reinaldo Oudinot Larcher.

Efectuou a missão reconhecimentos e minuciosos estudos sobre os palmares naturais do *enclave* de Cabinda, margem sul do Zaire, e margens dos rios Lucala, Cuanza, Longa e Nhia, elucidando-nos, com os seus valiosos relatórios, sobre a melhor forma do aproveitamento, sobre as possibilida-

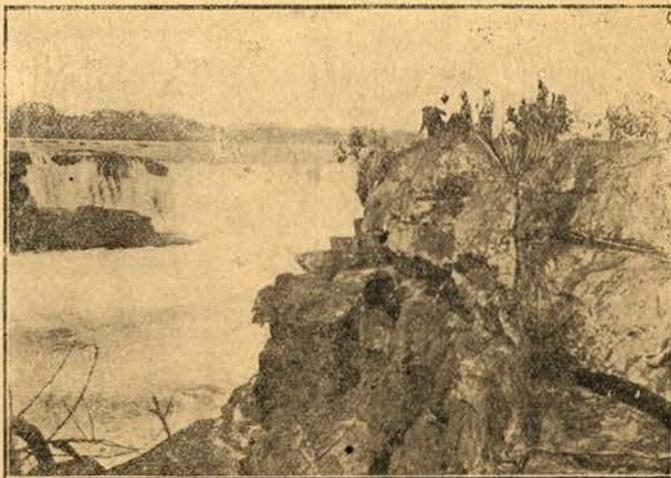
des economicas das nossas importantes propriedades do Sumba, onde se verificou uma existencia de cerca de 215 000 palmeiras, e do Lucola, onde não é inferior a 150.000 o numero de palmeiras em produção, também elaborando, para a sua exploração económica, os respectivos projectos.

Com sementes seleccionadas das melhores variedades de palmeiras existentes na Provincia, e reconhecidas pela Missão, entre as quais a *Elaeis Poissoni (dura e tenera)*, organizou esta importantes viveiros naquelas duas propriedades, que mais tarde foram aproveitados para a plantação de cerca de 80 hectares de terreno.

Em calculos precisos, assentou a Missão que os palmares naturais do Sumba e de Rocca Lucola poderiam produzir, anualmente, 3.500 toneladas de óleo e 1.830 toneladas de coconote, havendo 12.000 hectares em condições de plantio para o recebimento de 1.872.000 palmeiras, que, ao fim

de 10 anos, poderiam fornecer 22 464 toneladas de óleo e 11.232 de coconote.

b) Missão de cereaes: Foi a segunda das «missões» organizadas. Para chefia-la, contratou-se o distinto engenheiro agrônomo, Sr. Julio Cesar Soremehno Romão, doutor em sciencias agrarias pela Universidade de Portici, que desembarcou no Lobito em 6 de Setembro de 1920. Tendo como adjunto o conceituado regente agrícola, Sr. Alfredo de Andrade, que estivera dirigindo o posto experimental do Estado na Ganda, logo iniciou os seus trabalhos pelo estudo dos terrenos e propriedades particulares no planalto de Benguela, tendo feito a demarcação de todos os terrenos cuja concessão foi requerida por Fogerang para a cultura da cereais, em Benguela e no Bié. Em 9 de setembro de 1921, apresentava o seu relatório geral sobre o planalto de Benguela, tratando com desenvolvimento o pro-



A força hidraulica em Angola. — Sondagem da Queda do Condo

blema da produção dos cereais sob o ponto de vista cultural e economico. Efectou, depois, o reconhecimento das concessões na Huila, Cuanza-Sul e em Malange, prestando-nos informações do maior merecimento sobre todas elas.

Praticamente, realizou, em 1922, no posto experimental de Chissamba, importantissimas experiencias culturais com 53 variedades de trigo provenientes de Portugal, da França, da Italia, da Africa do Sul, de Kenia, da Argelia e dos Estados Unidos, repetindo-as com 84 variedades no ano seguinte, algumas destas oriundas da India Inglesa e da Australia, e por elas averiguando, definitivamente, quais as mais resistentes e produtivas qualidades para a cultura de sequeiro, o que constituia um problema para a produção do trigo no planalto. E ali se estudou, ao mesmo tempo, a produtividade da aveia, do centeio, da cevada, da fava e da ervilha, sendo tão perfeitos os seus trabalhos que mereceram as melhores referencias aos agronomos italianos Srs Labrique, governador do Luíla — que, perante eles, declarou que os *estrangeiros desconheciam os portugueses*.

Infelizmente para os nossos empreendimentos e, podemos tambem dizelo para a economia da Provincia de Angola, este distinto tecnico faleceu, na colonia, já ao serviço da Companhia Agricolo-Pecuária, nossa filial.

c) *Missão de estudos zootecnicos:* Foi para ela contraído, em 17 de Setembro de 1921, o Sr. Eduardo Correia de Matos, zootecnico especializado na Africa do Sul. Iniciou os seus trabalhos pela escolha e estudo dos terrenos no planalto de Huila, onde foram demarcados, por sua indicação, cerca de 80.000 hectares, que para a Companhia se requereram. Tendo estudado, ao mesmo tempo, as características dos gados da região, apresentou, em 22 de Dezembro de 1921 e 22 de Janeiro de 1922, dois interessantes e valiosos relatórios, tanto sob o ponto de vista tecnico como sob o ponto de vista economico. Da Huila seguiu em reconhecimento para as nossas concessões do planalto de Benguela, Bié, Cuanza-Sul, Malange e Congo-Iala, apreciando, nas respectivas regiões, as suas possibilidades quanto á industria pecuária e rematando os seus trabalhos com um longo e pormenorizado relatório em que foi largamente estudado o meio pecuário de Angola, o seu território sob o ponto de vista da cultura animal, a exploração pecuária no futuro e o seu respectivo comercio.

É digna de apreço a documentação fotografica desta Missão.

d) *Missão de estudos botânicos e exploração florestal:* Foi confiada ao conceituado botânico suíço, Sr. John



Industria da borracha — Borracha das ervas — A planta

Gossweiler, que, durante largos anos, estivera ao serviço do Estado nos Serviços de Agricultura de Angola. Embarcou para Loanda em 27 de Dezembro de 1920, iniciando os seus trabalhos em 30 de Janeiro seguinte, pelo estudo dos palmares naturais dos rios Cuanza, Longa e Nhia, tendo como adjunto o engenheiro-agronomo Sr. Monteiro do Amaral. A forma como se desempenhou desta primeira incumbencia, é-nos patenteada pelas referencias que, em relatório de 7 de Setembro de 1921, lhe faz o distinto professor de Agronomia, Sr. Azevedo Gomes, e que nos apraz transcrever:

«... foram colhidos numerosos dados e juntaram e elementos de estudo que servirão de base a uma investigação rigorosa sobre o assunto; creio bem que a missão pode produzir neste particular, pela sua competencia, uma obra de real valor scientifico, e a um tempo de utilidade imediata, obra, a falar a verdade, ainda não feita, que eu saiba, mesmo para aquelas regiões em que a exploração da «Elaeis Guineensis» está desde bastante lançada e em completa florescencia.»

Em Junho de 1921, fez o estudo dos palmares naturais do Lucala. Seguidamente, seleccionou, nos palmares do Golungo Alto, as sementes com que foram organizados os viveiros do Congo Iala. Em 1921 e principios de 1922, effectou um minucioso reconhecimento nas nossas concessões da margem Sul do Zaire (Sumba), onde preparou os primeiros alfobres de *Elaeis* para as

plantações futuras. Em Junho de 1922, entregou-nos um importante relatório sobre a flora daqueles terrenos e, em Dezembro do mesmo ano, um valiosissimo estudo botânico sobre a palmeira do azeite em Angola, abrangendo a sua distribuição, o *habitat*, as condições do solo e o clima, a idade, a relação dos tipos de palmeiras existentes no Sumba e a descrição botânica e grafica desses tipos.

De 9 de Agosto a principios de Novembro de 1922 colaborou com a Missão do algodão e fibras nos seus trabalhos. Prestou alguns serviços junto da Missão dos tabacos. E, tendo feito o reconhecimento botânico da região entre os rios Luíla e Linhuca (Maiombe), desde 20 de Setembro de 1923 a 18 de Março de 1924, forneceu-nos, em relatório de 10 de Abril de 1924, os elementos necessarios para bem avaliarmos as possibilidades da exploração florestal no lote de sete concessões que ali possuimos, e onde se computa, pelo minimo, uma existencia de cerca de 200.000^{m3} de madeiras de boa qualidade.

(Continua)

Companhia Nacional
DE
PRODUTOS COLONIAIS, L. DA

Rua dos Fanqueiros, 15 — LISBOÁ

Transações sobre cacau,

café, cera, coconote e couros



Indica

AS RECLAMAÇÕES MILITARES

Os deploráveis sucessos que nos primeiros dias de agosto agitaram a guarnição militar da Índia, provocando por parte do sr. Ministro das Colónias decisivas medidas de repressão, foram circunstanciadamente descritos na imprensa periódica daquele Estado, que acabamos de receber.

Pela excepcional gravidade do conflito, que parece originado, mais em fundas divergencias de opinião entre portugueses de proveniências diversas—mas todos portugueses—do que na causa aparente de diferenças de dinheiro, que lhe deu objectividade, vamos transcrever de *A Provincia*, jornal de Panjin, um importante documento subscrito pelo seu director sr. Adolfo Costa e dirigido ao novo governador sr. general Massano de Amorim, com cuja isenção, alto espirito conciliador e profundo conhecimento dos negócios da Índia, a colónia e o governo contam, não só para liquidar o incidente, já sanado nos seus aspectos graves, mas ainda para dirimir todas as causas de desinteligencias, restituída aos funcionários e á população indiana aquela tranquilidade que será indispensavel a uma eficaz vida administrativa do Estado que hoje representa no Oriente as mais nobres tradições da obra da colonisação portugueza.

Segue o apelo, dirigido ao sr. governador geral:

«Vem V. Ex.^a governar um paiz retalhado de castas e aberto a todas as politicas, desde os altos ideais até aos mesquinhos interesses, país batido de preconceitos e no qual, a cada passo, se vê a serpente da intriga enroscar-se e desenroscar-se no seu papel malfazejo de adular e mentir. E vem V. Ex.^a exactamente numa occasião em que, por causa duma malfadada questão de vencimentos, houve, nesta terra, aliás pacata e ordeira, um movimento que não apoiamos, mas cujas causas seria conveniente estudar detidamente para que os principios da justiça e da verdade brilhassem com todo o seu fulgor.

Officiais militares de graduação superior, da terra e do mar, cheios de brilhantes serviços á Patria e á Republica, constelados de medalhas, degladiaram-se, e, por mais que nos di-

gam, nunca acreditaremos que o tenham feito por simples interesses materiais.

Ha alguma coisa mais que a V. Ex.^a competo descobrir, ha pontas dum véu cerrado que só V. Ex.^a pôde levantar, porque só um homem da autoridade e do prestigio de V. Ex.^a é que pôde vêr claro nas suas dobras e ser o arbitro desta questão toda, em que deve haver, dum lado ou do outro, qualquer coisa que afecte sentimentos mais elevados.

A questão dos vencimentos milita-

reduziu a guarnição da Índia ao minimo indispensavel com rasoavel economia.

Pela leitura do orçamento, V. Ex.^a verá a enormidade de serviços a pesarem nas finanças do paiz que, de resto, pequeno como é, do tamanho do districto de Leiria, não pôde nem precisa de luxos burocraticos tão pesados. Serviços que se criam para Angola ou Moçambique não podem, por espirito de imitação ou franco snobismo, ser estabelecidos aqui, onde não há colonisação a desenvolver



Industria da Borracha — O rizoma

res não é de hoje nem de ontem e V. Ex.^a, tendo o seu nome ligado a uma informação sobre ela, sabe dela tão bem ou melhor do que nós. A razão maxima que se invoca para não serem respeitados os direitos dos officiais reformados é o descalabro das finanças da colónia, mas tal razão não colhe em face do que se tem feito e do que se faz com respeito aos funcionários civis. De anos a esta parte não se tem feito outra coisa senão sobrecarregar desmedidamente os encargos da colónia, mantendo-se exageradamente certos vencimentos dos civis em contrario até das ordens do metrôpole, como se deu na ultima equiparação, e tudo isto sem a criação das competentes receitas; ao passo que, pela ultima organização militar, um illustre general—bem conhecido de V. Ex.^a—

nem interesses nacionais que justifiquem tão largo quadro burocratico.

E na questão que se debate, a das reformas, o que os officiais sempre pediram é que ficassem colocados no mesmo pé de egualdade com os civis, quer dizer, com o mesmo direito a terem, na reforma, os vencimentos da efectividade, como é lei geral. (Dec. n.º 1425 de 20 de julho de 1923).

Isto de civis aposentarem-se com os seus vencimentos de efectividade e os militares ficarem com muito menos, é que não parece certo.

Isto dos officiais militares, pertencendo ao mesmo exercito portuguez, terem aqui soldo e gratificação de patente, quando esta foi abolida para todos e em toda a parte é refundida naquele, é uma excepção que não se compreende e com a qual o espirito



Industria da Borracha— Rizomas extraídos

justiceiro de V. Ex.^a não pôde concordar. A alegação de moeda valorizada na Índia, deve ser para todos,—civis e militares—tanto na efectividade do serviço como na aposentação ou reforma.

E justo é também que se estabeleça o limite maximo de vencimentos que, se na metrópole ficou em cinco contos, aqui não deve ir além de mil rupias, sem exclusão alguma, a não ser, por motivos obvios, para o Governador Geral.

Perdoe nos V. Ex.^a, sr. Governador, que, logo nesta saudação, o importunemos com cifras e vencimentos, mas é esta a questão capital na Índia, sendo o orçamento deste Estado o fulcro em volta do qual giram todos os nossos interesses.

Estude-o V. Ex.^a detidamente, e, já que é o mandatário da Revolução Nacional com um programa patriótico de reduzir despesas e destruir immoralidades, ataque-as V. Ex.^a de frente, sacudindo para longe a acção dissolvente e desorientadora dos zoilos politicos ou quaisquer melifluos e máus conselheiros que—V. Ex.^a bem o sabe—nas colónias constituem uma casta, perigosa pelos seus processos de adulação e altamente nociva pelas suas opiniões de duplo sentido e um só interesse: o proprio.

E, sem contemporisação e sem transigencias, vá V. Ex.^a para a frente—como se marchasse para um assalto—que é esta a unica maneira de fazer obra util numa terra onde, não sendo assim, tudo naufraga e tudo esbarreada—até os projectos mais fagueiros—

e tudo se turva e tudo se desvirtua—até as mais puras intenções!

Terá assim V. Ex.^a a consciência forte do dever cumprido.

Assim conquistará V. Ex.^a já a benemerencia deste povo.

E a *Provincia* que, acima de todos os ideais partidarios ou individualistas, coloca os altos principios da Justiça e os elevados interesses da Patria—terá o prazer de inscrever o nome de V. Ex.^a na galeria dos Portugueses illustres que, nesta Índia de imorredouras tradições, bem alto levantaram o nome de Portugal.»

16, Agosto

ADOLFO COSTA

GENEBRA

A sr.^a D. Virginia de Castro e Almeida, correspondente do jornal «O Seculo» em Genebra, transmitiu ha dias ao importante diario algumas considerações que devem ser meditadas por todos os portuguezes que se interessam pelo seu dominio colonial. Porisso as transcrevemos:

«E nós? E as nossas colonias?

A resposta dada no ano passado, pela nossa delegação, ao relatório Ross, resposta que foi impressa e profusamente distribuida em varios paizes, constituia como que a primeira pedra de uma grande fortaleza a construir para unica defeza eficaz do nosso patrimonio ultramarino, tão ameaçado por formidaveis cobiças.

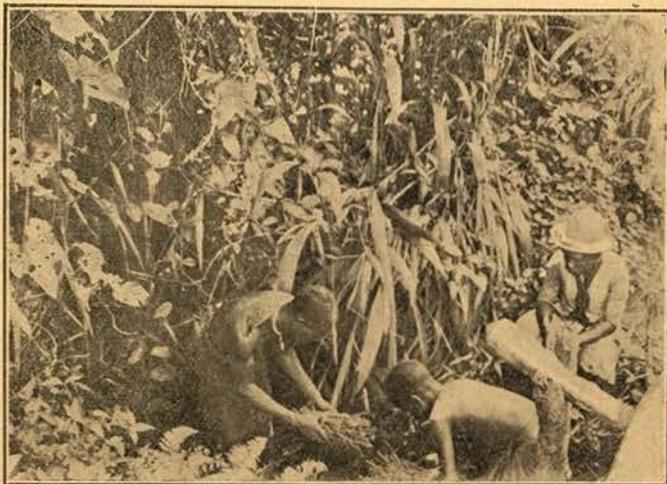
Que se fez depois?

Decerto grandes coisas, após o rumor causado por alguns gritos de alarme, lançados no país por certas pessoas que não deixaram então de ser acusadas de aves agoirentas e de falar de assuntos que desconheciam.

Que fez o governo de então? Que fez este?

Foi alguma missão portuguesa á Africa, missão composta de membros respeitaveis, colher elementos para responder e combater o protocolo que lord Cecil traz agora na algibeira, pronto a aparecer na ocasião oportuna? As nossas leis são boas. Mas têm sido cumpridas? E o que se fez para que o fossem, para que agora em Genebra, quando novamente nos accusarem, os nossos delegados possam apresentar provas de que sabemos manter o prestigio e a eficacia dessas leis?

Responde-se uma vez com palavras, mas a Sociedade das Nações exige factos. Pesada é a cruz que o sr. ministro dos Estrangeiros levou para Genebra!»



Industria da Borracha — A maceração (emergencia na agoa)

Pela politica

Sociedade das Nações.

E' este o grande mez de interesse mundial, pela reunião em Genebra do conclave das Nações europeias. E dizemos «Nações europeias», porque já não é segredo para ninguém que o afastamento do Brazil acabará por desinteressar das reuniões de Genebra os restantes países da America latina; a Azia não interessa, porque as suas questões hão de vir a ser discutidas de preferença com a America do Norte; e na Africa, por enquanto, ha apenas dependencias europeias, apesar de toda a boa vontade da União do Sul, em se libertar dessa dependencia.

Temos pois um concerto, ou antes, um Congresso europeu. Como a União das républicas russas está excluída e a Espanha parece resolvida a excluir-se, e com razão, veremos limitados aos países da Europa Central os entendimentos que se propoem a assegurar a paz do mundo e a estabelecer o equilibrio económico colonial. Já não será pouco, enquanto novas discordias não surgirem, como vão surgindo, até ao ponto de anularem as óptimas intenções dos pacifistas que se apoiam no Direito e os sinistros designios dos que querem fundar num novo direito internacional a sua rapacidade colonial.

Esta reunião interessa-nos muito, ligados como estamos á politica imperial da Gran-Bretanha pelo valor do nosso domínio colonial, que é o terceiro do orbe e poderia ter sido muito maior se a metrópole não fosse tão pequena—uma pobre facha do litoral Atlantico no extremo occidental da Europa, mas que conseguiu dominar os novos mundos. Dessa Europa ultracivilisada, querem agora separar-nos os americanos, com o seu plano de um canal navegavel desde Bordeus a Cete. Grandiosas ideias, as desse país do dinheiro! Ainda bem que a França lhes não pertence.

O nosso interesse pela actual assembléa da Genebra, deriva de que vae ali ser discutida a proposição apresentada no ano findo pelo delegado britânico, lord Cecil, sobre mandatos colonias e de ter de ser tratada tambem a questão do commercio do opio, que tanto interessa á situação económica das nossas colónias do oriente, Macau e Timor.

Quanto á questão dos mandatos, a mais importante, é sabido que, segundo o tratado de Versailles, apenas foram atribuidos mandatos ás regiões ou países que eram administrados pelos alemães e seus aliados. Lord Cecil pretende que os mandatos administrativos possam tornar-se extensivos, normalmente, ás colónias de quaesquer outros países de deficiencias financeiras. E' um laço armado aos povos de recursos limitados, que não podem andar tão depressa como as exigencias imperialistas do dominio do ouro exigem; e será sempre a espada de Damocles suspensa sobre a cabeça das potencias colonias, a quem o interesse anglo-germanico pretenda embarçar. Eis outro pomo de discordia lançado no seio da Sociedade das Nações, porque, não haja duvida, um novo bloco ofensivo organiza-se entre aqueles povos. Que faz a latinidade, creadora desta civilização deslumbrante? Deixa-se embaír, esgotada por tantos seculos de rude luta?

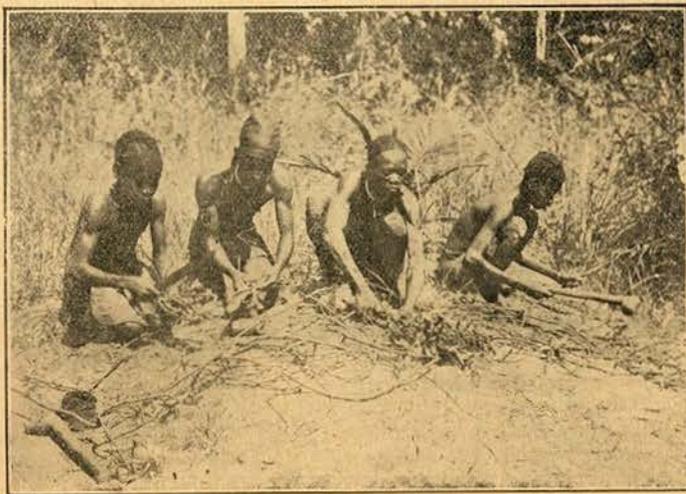
A' mesma Sociedade das Nações foi ha pouco apresentado contra nós mais um pedido inocente, que deve ter transitado para a comissão dos mandatos, capitulo «escravatura». Trata-se de um tal Schwarz da Africa do Sul, que reclama a entrega dos nossos territorios do Ovampo, no sul de Angola, á União Sul Africana, com

o humanissimo fim de libertar da nossa tirania os pobres martyres do Cuanhama e Cuamato; vem a reclamação expressa num documento repleto de insensatez e de inexactidões e porisso a ele teremos de nos referir com mais vagar.

Ministerio das Colónias.

Sem pressas, mas com a firmeza requerida, trabalha-se no Ministerio das Colónias na obra da restauração administrativa e financeira. Decretada e posta em execução a organização do Conselho Colonial; lançados outros decretos importantes sobre funcionalismo, organização judicial, regime da imprensa, etc.; preparado e resolvido o financiamento de Angola; ocupa se agora o sr. ministro da revisão das cartas organicas, sendo de esperar que dentro de poucos dias sejam decretados os novos estatutos com que ha de ser regida a administração colonial, desta vez cada um deles adequado ás características económicas da respectiva colónia.

E' de prever que a experiencia feita do regime de altos commissariados em Angola e Moçambique, traga importantes modificações aos estatutos destas colónias, e que nelas venha a realisar-se a imprescindivel descentralização, pela sua sub-divisão em provincias de administração autonoma.



Industria da Borracha — Cortaço rizomas

Caminhos de Ferro da África Central

Vamos transcrever do ultimo numero do *L'Essor Colonial et Maritime* as seguintes informações acerca da construção do caminho de ferro de Baixo Congo-Katanga pela especial importancia que têm para nós, mostrando que uma modificação importante se está operando na politica belga em relação ao nosso caminho de ferro de Benguela.

Eis a noticia do sr. J. Rousseaux :

«Como a decisão do governo belga, negando seguimento ao projecto de decreto sobre o recrutamento de trabalhadores de utilidade publica para o caminho de ferro de Matadi a Leopoldville (decreto proposto, aliás sem entusiasmo, pelo Conselho Colonial) teria como deploravel consequencia retardar até 1935 o acabamento da nova linha Matadi-Leopoldville, e como a junção do caminho de ferro de Benguela com o nosso caminho de ferro da Catanga será um facto realiado em 1930, é desde este momento certo que o trafego da Catanga tomará o caminho de Lobito de preferencia ao de Matadi, tendo o caminho de ferro de Lobito, além de outras vantagens (distancia e preço) a de estar concluido cinco anos antes do caminho de ferro belga.

Nem por isso a construção do B. C. K. (Leopoldville Catanga) que se concluirá em 1928, deixará de ser uma obra das mais uteis, em rasão do interesse indiscutivel que este caminho

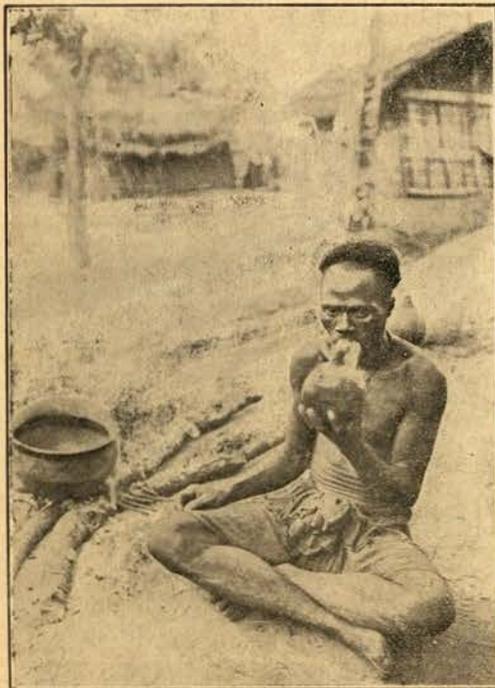


Industria da Borracha — Primeira operação da extração da borracha

de ferro apresenta, tanto sob o ponto de vista estrategico, como sob o ponto de vista economico. Sob o ponto de vista estrategico: ligar ao resto da colónia a mais rica região mineira do mundo; sob o ponto de vista economico: permitir o desenvolvimento das imensas e ricas regiões atravessadas e facilitar o abastecimento em viveres e mão de obra para a provincia de Catanga.

A conclusão do caminho de ferro de Benguela, que alguns consideram —não sabemos porquê— como um pe-

rigo para a nossa colónia, trará para o nosso caminho de ferro de Catanga as mais felizes consequencias, por isso que, desde então, em lugar de recorrer ás vias sul africanas, mais extensas e em certos casos mais onerosas, o trafego da Rodésia que augmenta formidavelmente, e até o trafego sul-africano, tranzitarão em parte pela Catanga, ficando tributários do nosso caminho de ferro em quinhentos quilometros de percurso. Assim, em consequencia deste enorme acrescimo de trafego poderá o caminho de ferro da Catanga reduzir consideravelmente as suas tarifas em proveito da região e da União mineira.



Industria da Borracha — Decocção

Macau

E' no proximo mez de outubro que se realiza a Exposição Industrial de Macau, cujo regulamento foi oportunamente publicado, com o fim de tornar conhecidos os productos da nossa próspera colónia asiática e das regiões limitrofes, e a importancia da cidade de Macau como entreposto comercial susceptivel do maior desenvolvimento

Vê-se que, nem a anarquia chinesa nem os frequentes ataques de bandidos á cidade de Macau perturbam a vida económica da Leal Colónia.

Ainda bem.

Bibliografia

A *Gazeta das Colonias* publicará gostosamente um anuncio e noticia bibliografica de todos os livros ou revistas versando assuntos coloniases que sejam remetidos á sua direcção, na Rua do Gremio Lusitano, 40

SELECCÃO DO FUNCIONALISMO

O ano lectivo que agora finda foi singularmente agitado nos meios academicos, em resultado de reclamações justas que arrastaram para a gréve os alunos de quasi todas as escolas superiores do paiz. O movimento, partido do Instituto Superior de Comercio, fundava-se na falta de garantia para os diplomados deste estabelecimento occuparem na sociedade os logares de trabalho a que os seus diplomas lhes conferem direito.

Nada mais justo. Os alunos da Escola Colonial e do Instituto Superior de Agromonia, como os de outras escolas com cadeiras de especialisação para serviços coloniaes, queixam-se da mesma falta de garantia; esta verdade tem sido asseverada por professores eminentes taes como os srs. dr. Alvaro de Castro e engenheiros Lima Alves e Vicente Ferreira; porquanto se faziam nos ultimos tempos as mais estravagantes nomeações para cargos coloniaes, chegando-se ao ponto de serem nomeados para cargos administrativos individuos que pouco antes eram regeitados em concursos de provas publicas.

Ora, a vida económica moderna, fundada nos principios scientificos que regem as industrias e as grandes explorações agricolas, fundada nos metodos de garantia que regem a contabilidade nas finanças e no commercio, não pôde dispensar-se de empregar os tecnicos convenientemente preparados. E a vida administrativa do Estado, que com aquella está fundamentalmente relacionada, tem de fazer outro tanto.

Não podemos pois, hoje em dia, deixar de reclamar a mais rigorosa selecção do funcionalismo colonial, como a melhor garantia da marcha regular e progressiva dos negocios coloniaes. O contrario disto seria preparar um pessimo futuro ás nossas colonias, o que, no actual momento, seria um crime.

A geração nova assim o tem compreendido, porque a ela hão de pertencer as responsabilidades da direcção na época imediata; e por isso são mais do que justificadas todas as atitudes que tem tomado, quer em defeza das suas posições de trabalho, quer em defeza da integridade dos territórios coloniaes.

Dos actos desse movimento, destacamos a representação que os alunos da Escola Colonial ha dias entregaram ao sr. Ministro das Colónias, documento importante, valioso, cheio de

verdade, que felizmente foi entregue em boas mãos, tão proveitosa tem sido a acção do sr. comandante João Belo na preparação dos meios de melhorar a nova administração colonial. Este será mais um, e não dos menos importantes.

Segue a representação :

Ex.^{mo} sr. Ministro das Colónias: — O recrutamento do funcionalismo requiere em todos os casos o maximo cuidado para que pela sua honestidade, compreensão exacta de deveres e competencia profissional, possa exercer as suas funções com a abnegação precisa ao bom nome e prosperidade da Nação.

Mas se nas sociedades velhas este recrutamento deve obedecer aos mais severos principios de selecção, para as colónias, países nascentes, é indispensavel ser-se ainda mais exigente.

Os funcionários coloniaes não estão sujeitos a uma tão proxima fiscalisação como os da metrópole, trabalham com muito mais liberdade, e da sua decisão e iniciativa depende muitas vezes a resolução de casos estreitamente ligados á segurança interna ou externa e á execução de medidas que interessam eminentemente ao desenvolvimento e riqueza das colónias. A sua acção tem de se exercer num meio em que vivem populações cujos interesses, necessidades e habitos nem sempre são concordantes e, portanto, só uma cuidada especialisação lhes poderá oferecer os conhecimentos

necessários para que essa acção seja proficua.

Assim o reconheceram de ha muito todos os países coloniaes, que na escolha do funcionalismo colonial têm posto o maximo carinho. E' lhes exigida uma larga e bem orientada preparação, que na pratica tem sido sempre fecunda de bons resultados.

Entre nós, foi creada a Escola Colonial por decreto de 18 de Janeiro de 1906, com o fim de dar ao funcionalismo colonial a instrução precisa. Determinava este decreto que o curso da Escola Colonial fosse motivo de preferencia no provimento dos cargos ultramarinos.

Em toda a subsequente legislação para as colónias se concede a mesma preferencia aos diplomados por esta Escola.

Não obstante a preferencia que a legislação em vigor dá aos diplomados com o curso da Escola Colonial, o certo é que, na pratica, não tem encontrado realizações effectivas, talvez porque a legislação se encontra excessivamente dispersa e, certamente, porque processos de administração, que é mister pôr inteiramente de parte, a tal finalidade se têm oposto.

E' preciso e indispensavel que, de futuro, os funcionários coloniaes possuam conhecimento prévio do meio em que vão agir e das regras da sua administração.

O periodo de efervescencia que decorre obriga todos os povos colonizadores a olharem, com inexcédível



Industria da Borracha — Segunda operação da extração

atenção, para as suas colónias, e nós não podemos pôr de parte estes cuidados.

E, assim, este projecto de decreto pretende resolver tão momentoso assunto, estabelecendo que os cargos administrativos do ultramar só possam, de futuro, ser exercidos por indivíduos diplomados pela Escola Colonial.

Não seria justo, porém, coarctar direitos aos actuais funcionários, que ao progresso e desenvolvimento do nosso imperio colonial têm prestado o melhor do seu esforço, pelo que os seus legítimos interesses se encontram salvaguardados neste projecto de decreto.

Com um fim moralizador, estabelece-se o principio de concurso para os cargos de maior responsabilidade, com excepção daqueles que, pela sua natureza especial, devem ser preenchidos por livre escolha. Para as restantes funções, menos importantes, apenas se determina o concurso documental.

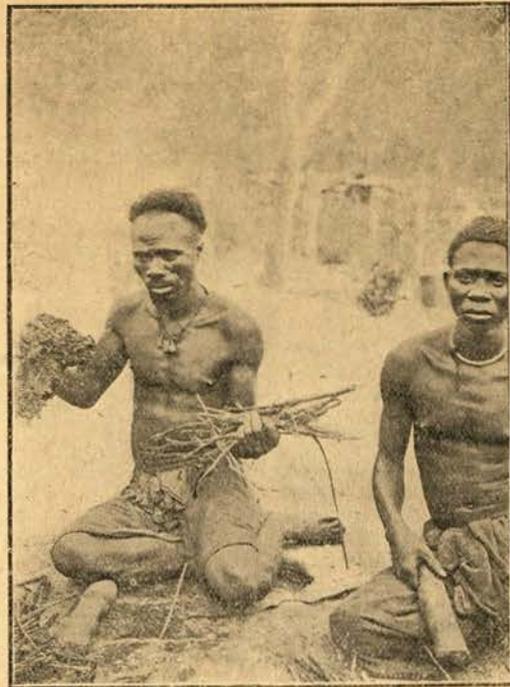
Tambem se atende, neste projecto, aos officiaes do exercito que vão servir nas colónias, nos termos dos artigos 4.º e 7.º do decreto n.º 1.076, de 1914.

E' da mais elementar justiça aproveitar, primeiramente, para irem servir nas colónias, os officiaes do exercito diplomados pela Escola Colonial. Por este motivo se estabelece, para estes a preoridade de inscrição nas listas a que referem os citados artigos.

Encara-se tambem a criação dum Instituto Superior Tecnico Colonial, cuja importancia e necessidade é desnecessario encarecer. Esta instituição, que não acarretará mais despesa, porque os orgãos existem, simplesmente se encontrando dispersos, dará uma

maior eficiencia ao ensino, imprimindo-lhe a unidade necessária, e terá uma notavel influencia na propaganda do nosso grande imperio colonial.

Todos os que se interessam pelo desenvolvimento colonial devem assimilar a «Gazeta das Colonias».



Industria da Borrcha — A borracha separada da parte lenhosa dos rizomas

Espera

A «Gazeta das Colónias», que independentemente de solicitação especial, todas as colectividades do Ultramar, (como Conselhos do Governo, Municipalidades, Comissões de Melhoramentos, Associações Comerciaes e Industriais, Agremiações Cientificas ou de outra natureza) que tenham parte na valorisação dos nossos dominios coloniais, lhe honrem as suas colunas com a sua opinião autorisada pelo estudo local e inspirada no interesse que a nossa colonisação por certo lhes merece.

Aos colonos que lá longe dispendem o melhor do seu esforço, trabalhando pelo bom nome de Portugal, e cuja acção nem sempre é conhecida, faculta a «Gazeta das Colónias» as suas colunas, onde serão gostosamente registadas as suas opiniões, a que a dura experiencia dá um alto valor.

A todos a Direcção da «Gazeta» renova o seu respeito e confia a realisação da obra que se propoz empreender e na qual ella propria não poderá ter mais que uma modesta participação.



Industria da Borrcha — Preparação dos rolos

CAMPANHAS COLONIAIS

Memoria apresentada no 2.º Congresso Colonial Nacional pelo major Veloso de Castro

I

Ha muitas pessoas, principalmente nos meios extranhos ao exercito, que mantem ideias pouco exactas acerca do valór guerreiro dos indigenas das nossas colónias d'África e dos seus meios e processos de combater.

E' vulgar supór deles, quando nos combatem, apenas grandes massas ou hordas, confusas e sem cohesão e até sem armamento sério, sem ordem e sem comando, hordas que se impo-riam apenas pelo número e pelo barulho e que, assim, será sempre facil repelir.

E porque esta concepção errada acerca do valór militar e dos procesos tacticos dos indigenas d'África já teve a sua época de aceitação e ainda hoje não está completamente afastada, eu proponho-me dizer aos meus camaradas alguma coisa do que me foi dado saber, pela experiencia de algumas campanhas em Angola; exposição que não poderá deixar de ser singela e insufficiente, mas que talvez vá acrescentar mais alguns esclarecimentos aos muitos que todos certamente teem desta quadra dos ultimos 30 anos em que, á parte a nossa cooperação em França durante a grande guerra, as campanhas coloniais foram a dominante dos esforços do nosso exercito, com um exito pouco vulgar em relação ás nossas posses (podemos afirma-lo com orgulho) porque o nosso trabalho desses 30 anos, representa a occupação efectiva e real dos imensos territorios de Moçambique a Angola, e a implantação dum sistema administrativo moderno e progressivo que, tendo sido iniciado em Moçambique por Antonio Enes e Mou-sinho de Albuquerque, foi completado em Angola por Eduardo Costa, Paiva Couceiro e Norton de Matos.

Os indigenas da Africa equatorial não são tão maus combatentes, como vulgarmente se supõe, antes, dispõem de meios eficazes de acção, tendo qualidades guerreiras, tanto como altivez de caracter, que herdaram do povo de que descendem ou receberam daqueles outros povos, sob cuja influencia moral se teem desenvolvido, transformado e espalhado.

Originariamente, descendem dos etiopes e nós sabemos o trabalho que estes deram aos egipcios nos tempos aureos da sua civilização, e com quanto afan e com quanto custo esse povo brilhante procurou a conquista do alto Nilo. Sabemos ainda que os

etiopes, já influenciados pelos musulmanos, dominaram o comercio da Europa com as Indias Orientais no periodo precedente ao da nossa navegação e conquistas; e sabemos que aos portugueses coube a suprema honra de serem senhores do comercio da Etiopia, etc. Conhecemos tambem os trabalhos que, modernamente, os italianos passaram na Abissinia e portanto não podemos duvidar das qualidades guerreiras dos povos desta raça negra, que se espalhou por toda a Africa central em lutas constantes de tribus contra tribus, na disputa dos melhores terrenos, na ancia da posse das riquezas reciprocas.

Paralelamente ao seu desenvolvimento pelas terras de Africa, os negros teem recebido, nas épocas mais modernas, uma influencia real e eficaz de povos que muito devem ter contribuido para a formação do seu caracter ao modo de ser moral e social desses povos. Refiro-me aos arabes na costa oriental e aos berberes do norte de Africa na parte occidental; uns e outros são musulmanos. E eu, apesar do respeito que tenho pela acção das nossas missões religiosas em Africa, não acredito que venha a ser o cristianismo, ou antes a moral cristã, a que consiga aperfeçoar as sociedades daquela raça.

Ora nós não podemos duvidar do valor guerreiro dos arabes que, á sombra das suas crenças religiosas, impuzeram a sua vontade em tão dilatados dominios e chegaram a invadir a Europa pelos seus dois extremos, re-

pelindo para a parte central as organizações germanicas que haviam destruido e occupado quasi todo o imperio romano, e que, nessa acção, destruíram eles proprios o imperio do Oriente.

Nós sabemos, por experiencia propria, quanto nos custou expulsa los da península para as suas terras de Africa, porque foi á custa dessas lutas heroicas, contra uma occupação mais que secular, que se fundou a nossa querida Patria Portuguesa.

Pois os arabes teem influido, e muito, no caracter dos negros, porque os vemos dominar moralmente em toda a costa oriental até Zanzibar. Foram eles que crearam os maiores embarços ás nossas esquadras dos tempos aureos, quando demandavam os mares das Indias, e foram eles que, modernamente, facilitaram a Stanley a grande travessia que immortalizou este viajante; porque, sem outra recomendação mais que uma escolta do Sultão de Zanzibar, ele conseguiu chegar ás quedas do Zaire que hoje teem o seu nome. Finalizada a influencia arabe, ele só a muito custo e perdendo quasi todos os seus companheiros, pôde alcançar a costa occidental valendo-lhe e salvando-o ainda, nas suas ultimas étapes, a nossa propria influencia no baixo Congo.

Mas se isto demonstra a influencia que os arabes teem na parte oriental d'África, podemos tambem asseverar que essa influencia tem contribuido para a formação do caracter audacioso dos negros, quando bem armados



Industria da Borracha — Corte dos rolos em discos

e bem dirigidos. Foi com eles que os alemães organisaram, durante todo o periodo da grande guerra, essa resistencia particularmente offensiva, que sempre mantiveram contra nós e contra os belgas. Teem sido tambem muitas vezes, exemplo perfeito dessas boas qualidades militares, as nossas companhias indigenas de Moçambique. E teem os belgas organizado, com as tribus mais rudes dos seus territorios da Africa central, as suas melhores forças de occupação.

Quanto aos berberes, no Norte, outrora nossos inimigos, facultaram-nos as epopeias de Ceuta e Tanger e um novo Algarve, infelizmente perdido: nós temos sido tão poucos, para tantos! Conhecemos a rude tarefa que teem dado aos nossos vizinhos da península e quanto trabalho custam aos italianos, que da Tripolitania procuram um novo acesso á Abissinia. Mas tambem sabemos quanto uma politica bem dirigida, por parte dos franceses, tem aproveitado deles tudo, na Tunisia e na Argelia. Assim encontramos estes com o exercito francês da Crimeia; conhecemos as acções heroicas dos zuavos na guerra de 70 e ainda agora, no tenebroso mês de Agosto de 1914 para os 3.º, 4.º e 5.º exercitos franceses, vimos uma brigada inteira de tropas argelinas sacrificar-se bravamente para cobrir a retirada dum dos numerosos corpos que, subindo escalonados as florestas da Ardenne, fora subitamente tomado de flanco pelo inimigo.

Pois são estes povos do Atlas quem têm exercido toda a influencia e comunicado as suas qualidades morais ás tribus que povoam a parte norte occidental do grande continente; esta influencia, que é grande em toda a bacia do Senegal, estende-se muito para baixo até ás margens do Zaire. E os senegaleses, constituindo excellentes tropas coloniais no exercito francês, vimo-los pela primeira vez na Europa, na grande guerra.

Mas ha ainda uma terceira influencia, e esta provem, nas tribus do Sul, dos malgachos de Madagascar, que deram tanto que fazer aos franceses com a defeza da sua ilha, e proporcionaram ao malgrado general Galieni a divulgação dos seus metodos de combate e a implantação do seu modelar sistema administrativo.

Diz-se que os zulos são em Africa o produto de uma invasão de malgachos de Madagascar. Sabe-se que eles desenvolveram excepcionais qualidades de guerreiros contra os buers na disputa das terras do Orange e do Natal, e sabemos que mais tarde tambem tiveram que se haver com eles os ingleses. Ora parece que os zulos levaram as suas emigrações muito para o occidente e temos os seus repre-

sentantes, quer nas tribus nomadas que ao Sul de Angóla são conhecidas por «bushmen» quer em povos solidamente organisados, como os damaras, que tão decidida e intelligente opposição fizeram á occupação alemã, obrigando ao emprego de sólidas e numerosas tropas europeias na sua submissão, e a uma repressão de que não houve outro exemplo.

Com essas mesmas qualidades, senão mais apuradas, temos no nosso proprio territorio do baixo Cunene, as tribus do Ovampo, cuja tenaz resistencia á nossa occupação foi bem conhecida.

Creio que terei demonstrado que um espirito audacioso e guerreiro existe nas populações africanas, quer inato, quer derivado de influências morais ou de crusamentos com outros tipos. Que esse espirito se traduz, quando bem dirigida e apetrechada as pessoas, em qualidades combativas que não são para desprezar, é um facto, e mal avisado andarão quem supuzer que todos os pretos se levam aos encontros; é um erro que tem dado logar a bastantes desastres, alguns bem sérios.

Tentarei agora demonstrar quais teem sido os meios de luta dos indigenas de Angóla e os processos de combate que lhes temos oposto.

(Continua)

A posição de Portugal em Genebra

Transcrevemos do «Diário de Lisboa», as ultimas noticias sobre a posição de Portugal perante a 7.ª assembleia da Sociedade das Nações, com as quaes não podemos deixar de nos congratularmos.

GENEBRA, 8 — Foi distribuida hoje á assembleia da Sociedade das Nações a resposta do governo português sobre o protocolo de lord Cecil e sobre as propostas Nausen. E' um trabalho por muitos pontos de vista notavel, ficando nele a situação de Portugal nitida e vantajosamente definida. O documento português desenvolve-se estudando o nosso sistema colonial, defendendo a orientação superior da colonização portuguesa em todos os dominios africanos, quer sob o ponto de vista humanitario quer economico.

Sobre o trabalho nas colonias, a resposta de Portugal define a sua orientação, reivindicando para o delegado português, sr. general Freire de Andrade, a iniciativa da carta sobre trabalho indigena.

Na sua resposta, o governo português aceita o protocolo de lord Cecil, e rejeita a proposta de Nausen, visto que elas mascaram o regimen de mandatos para os dominios portugueses, inalienaveis á face da historia e do direito.

As conclusões portuguesas e a sua exposição preparatoria estão merecendo larga atenção dos delegados de todos os paises com interesses ou pretensões na Africa.

— Vaí começar imediatamente a discussão da resposta de Portugal não só ás acusações Ross, mas tambem e principalmente ao protocolo Cecil e ás propostas Nausen. Espera-se que a tese portuguesa triufo unanimemente. — (Irene de Vasconcelos).

As ultimas noticias preveem para Portugal a atribuição de um logar electivo no conselho permanente.



Industria da Borracha—Colheita do latex das trepadeiras (borracha fina)

Boletim da Agencia Geral das Colonias

é uma publicação que deve merecer não só de todos os coloniais, mas de todos os portuguezes o mais desvelado interesse.

	Numero avulso	6\$00
Assinatura anual	Portugal e Hespanha . .	72\$00
	Ilhas e Colonias	80\$00
	Estrangeiro	100\$00

Pedidos à Agencia Geral das Colonias:

RUA DA PRATA, 34
Telefone C. 3557

Marques, Seixas & C.^a Ltd.

LISBOA-PORTO

LISBOA—Travessa dos Remolares, 10. 3.º, Esq.

Telegramas **FERRAMENTA**—Telefone 2914 C.

NOVO REDONDO —Caixa do Correio, n.º 3

Telegramas **SEIXAS**—Telefone 1

Sortido completo de arminho, mercadorias para permuta, tintas, ferragens, etc.

MARINHAS DE SAL

Creação de gado bovino e navegação á vela para todos os portos da provincia.

Grandes plantações de algodão e fábrica de degranação pelo sistema mais aperfeiçoado em Novo-Redondo.

Grandes depositos de café da Amboim, oleo de palma e coconote das suas roças do Amboim é Seles-Boa Lembrança, Santa Clara, Aliança, Montebelo, Rio Luete e Monte Alto.

• **Importação** • **Exportação**

Banco Nacional Ultramarino

Sociedade Anonima de Responsabilidade Limitada

BANCO EMISSOR DAS COLÓNIAS

Séde — LISBOA — Rua do Comercio

Agencia — LISBOA — Cais do Sodré

Capital social: Esc. 48.000:00\$000

Capital realiado: Esc. 24.000:000\$00

Reservas: Esc. 34.000:000\$00

FILIAIS NO CONTINENTE — Aveiro, Barcelos, Beja, Braga, Bragança, Castelo Branco, Chaves, Coimbra Covilhã, Elvas, Evora, Extremoz, Faro, Figueira da Foz, Guarda, Guimarães, Lamego, Leiria Olhão, Ovar, Penafiel, Portalegre, Portimão, Porto, Regua, Santarem, Setubal, Silves, Torres Vedras, Viana do Castelo, Vila Real de Traz-os-Montes, Vizeu

FILIAIS NAS ILHAS — Funchal (Madeira), Angra do Heroismo e Ponta Delgada (Açores)

FILIAIS NAS COLONIAS — AFRICA OCIDENTAL — S. Vicente de Cabo Verde, S. Tiago de Cabo Verde, Bissau, Bolama, Kinshass (Congo Belga), S. Tomé, Principe, Cabinda, Loanda, Malange, Novo Redondo, Lobito, Benguela, Vila Silva Porto, Mossamedes, Lubango

AFRICA ORIENTAL — Beira, L. Marques, Inhambane, Chinde, Tete, Quelimane Moçambique e Ibo

INDIA — Nova Gôa, Mormugão e Bombaim (India inglesa) CHINA — Macau TIMOR — Dilly

FILIAIS NO BRASIL — Rio de Janeiro, S. Paulo, Pernambuco, Pará e Manaus

FILIAIS NA EUROPA — Londres, 9 Bishopsgate E. — Paris, 8, rue du Helder

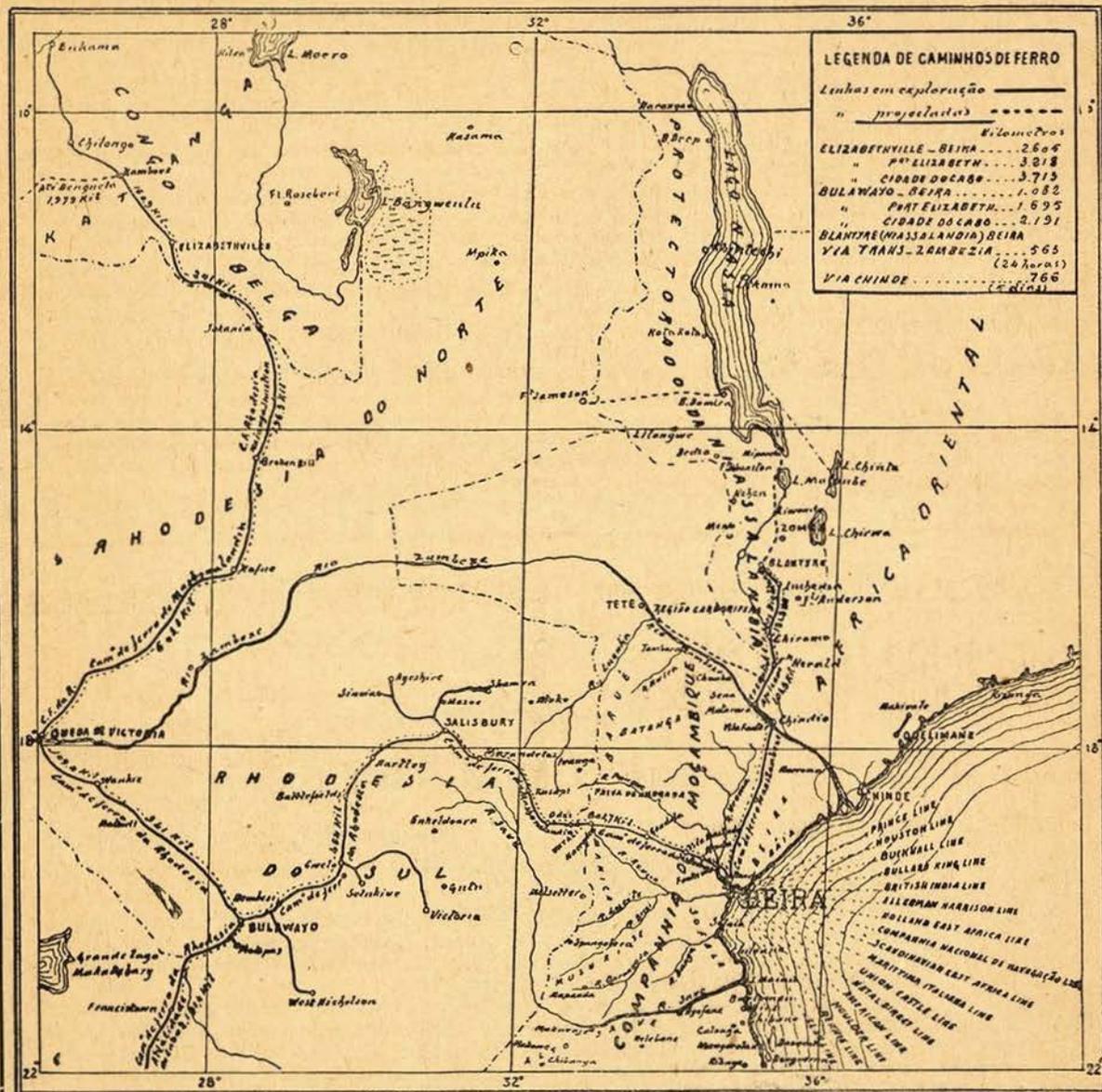
AGENCIA NOS ESTADOS UNIDOS — New-York, 93, Liberty Street

Operações bancarias de toda a especie no continente, ilhas adjacentes, Colónias, Brasil e restantes países estrangeiros

Companhia de Moçambique

Comunicações Ferro-Viarias — BEIRA

Porto dos territorios da Companhia de Moçambique e o principal da Rhodesia do Norte e do Sul-Katanga Belga. — Protectorado da Niassalândia e vale do Zambeze



Exportação de milho da Beira

Durante o ano de 1923 foram exportados pelo porto da Beira 1.250.000 sacas de milho. Desse numero 797.000 sacos provinham da Rhodesia e 387.000 do territorio da Companhia de Moçambique. Estes importantes embarques indicam que a Beira está mantendo a sua posição de segundo porto cerealifero da Africa meridional e oriental

COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO

Sociedade Anonima de Responsabilidade Limitada

Serviço regular entre a Metropole e a Africa Ocidental e Oriental Portuguesa

Saídas de Lisboa em 1 de cada mez para os portos de Africa Ocidental e Oriental

Saídas extraordinárias em 15 de cada mez para todos os portos de Africa Ocidental

Saídas extraordinárias de Lisboa e portos do norte da Europa para a Africa, só para carga

Frota da Companhia

Paquetes Nyassa, 8965 toneladas—Angola, 8315—Lourenço Marques, 6355—Moçambique, 5771—Africa, 5491—Pedro Gomes, 5471—Beira, 4973—Portugal 3998—Luabo, 1385—Chinde, 1382—Manica, 1116—Bolama 985—Ibo, 884—Ambriz, 858.

Vapores de carga Cubango, 8300 toneladas—S. Tomé, 6350—Cabo Verde, 6200—Dondo, 6000—Congo 5080,

REBOCADORES NO TEJO—TEJ6, CABINDA e CONG6

Todos os vapores desta Companhia teem frigorificos, luz electrica, excellentes acomodações e todos os modernos requisitos de navegação, proporcionando aos srs. passageiros viagens rápidas e comodas

Escritórios da Companhia:

Rua do Comercio, 85—LISBOA

R. da Nova Alfandega, 34—PORTO

Agentes: ANVERS, Aiffe & C.º, Qual van Dyck, 10—HAMBURGO, E. Th. Lind, Alsterdam 39 Europahaus. ROTTERDAM, H. van Krieken, P O B 662

Telefones: Administração, C. 1527—Chefe do Expediente, C. 1000—Informações, C. 608—Tesouraria e Passagens, C. 2665—Comissariado e Serviços Medicos, C. 3202—Engenheiros (Cais da Fundição), C. 3052—Cais da Fundição, C. 2087—Depósito e Armazem, C. 4012.

Companhia do Amboim

Séde — Rua dos Correeiros, 70

LISBOA

Explorações agricolas
em Angola

(Amboim, Hanha do Norte (Lobito)
e Bailundo

Representação em Loanda,
Porto Amboim e Benguela

COMPANHIA

DO

Caminho de Ferro do Amboim

Séde — Rua dos Correeiros, 70

LISBOA

Concessionaria
do
Caminho de Ferro
do Amboim
e do porto de Porto Amboim

Distância de Porto Amboim a Gabela 128 kilom.
Kilometros construidos 80

Representação em Loanda e Porto Amboim

COMPANHIA DE PETROLEO DE ANGOLA

(ANGOLA)

Sociedade Anonima de Responsabilidade Limitada

Com o capital de Esc. 4.675.365\$00 (ouro)

Pesquisas e exploração de petroleo na Provincia de Angola, por concessão do respectivo Governo

Séde social em LISBOA: RUA DOS FANQUEIROS, 12-2.º Telegramas: ANGOIL

Comité técnico em Nova York -- Escritorio em Luanda

Presidente do conselho de Administração

Administrador-delegado

Banco Nacional Ultramarino

Ernesto de Vilhena

Direcção técnica: "Sinclair Consolidated Oil Corporation"

45, Nassau Street, New-York

REPRESENTAÇÃO E DIRECÇÃO TÉCNICA EM AFRICA

Representante

Director técnico

Coronel Eduardo Marques

O administrador Mr. CHESTER NARAMORE

Caixa Postal 332 Teleg.: ANGOIL

Caixa Postal 315 Teleg.: SINGOLA

LOANDA

LOANDA

COMPANHIA DE DIAMANTES DE ANGOLA

(DIAMANG)

SOCIEDADE ANONIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

Com o capital de Esc. 9.000.000\$00 (ouro)

Direito exclusivo de pesquisa e extracção de diamantes na Provincia de Angola, por concessão do respectivo Governo

Séde social: Rua dos Fanqueiros, 12-2.º — LISBOA

Telegramas: DIAMA G

Escritorio em Bruxelas, Londres e Nova York

Presidente do conselho de Administração

Presidente dos Grupos Estrangeiros

Banco Nacional Ultramarino

Mr. Jean Jadot

Administrador-delegado: ERNESTO DE VILHENA

Representação e direcção técnica em Africa

Representante

Director técnico

Tenente-coronel Antonio Brandão de Melo

Mr. H. T. Dickinson

Caixa Postal 347

Teleg.: DIAMANG

LOANDA

DUNDO

LUNDA

Santos Machado & C.^a, L.^{da}

Comissões e Consignações

Importadores e Exportadores para Africa e Brazil. Representantes dos principais centros
fabris, nacionais e estrangeiros

Rua do Bomjardim, 345—PORTO—(PORTUGAL)

Endereço telegrafico: SAMALI — Telefone, 2482

Agências em: CABO VERDE -- Praia, S. Vicente e Ilha do Fogo. -- GUINÉ -- Bissau e
Bolama. -- S. THOMÉ E PRINCIPE -- S. Thomé. -- ANGOLA -- Loanda, Ambriz, Malange, Benguella, Mos-
Mosamedes e Sá da Bandeira (Lubango). -- FRICA ORIENTAL -- LOURENÇO MARQUE -- Manjacaze.

Aceitam agentes onde não os tiverem.

PARCERIA DOS VAPORES LISBONENSES

(Arrendatária das docas e oficinas do Porto de Lisboa)

Serviço permanente de reboques, salvamentos de navios e transportes fluviais de passageiros, bagagens e carga;

Aluguel de cábreas e outros aparelhos de força.

Trabalhos de sondagens e de mergulhadores.

Reparações de navios; limpezas, picagens (manual e a ar comprimido) e pinturas interiores, de costados e de fundos.

Pequenas construções navais (rebocadores, lanchas, batelões, salva-vidas, etc.).

Demais trabalhos navais de todas as especiali-

dades metalúrgicas, de soldadura, de carpintaria de branco e de machado, de calafetos, etc.

Montagens e reparações de instalações electricas a bordo.

Obras hydraulicas.

Fornecem-se:

a) Indicações técnicas, orçamentos e planos.

b) Materiais para todas as obras e trabalhos referidos.

c) Dispositivos especiais para embarcações destinadas ao serviço colonial.

d) Tintas próprias para climas e águas tropicais.

Administração Central: — Cais do Sodré — LISBOA

Telefones | C. 1926 | Administração e serviço
| C. 2992 | de transportes
| C. 1588 | Oficinas, docas e obras

Endereço telegrafico:

“DRYDOCKS,,

